UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTIFICA E INTELECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:
https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/104053

DOI: 10.5007/1980-4512.2024.e104053

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:
©2024 by UFSC/NUPEIN. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo
CEP 13083-970 – Campinas SP
Fone: (19) 3521-6493
http://www.repositorio.unicamp.br

Zero-a-Seis 06

EDUCAÇÃO INFANTIL EM DEBATE: CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS CONTRA O FIM DO MUNDO

Childhood education in debate: Feminist Contributions against the End of the World

Adriana Alves da SILVA
Departamento de Metodologia de Ensino
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil
rio.adrianas@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-1407-783X

Ana Lúcia Goulart de FARIA
Faculdade de Educação
Universidade Estadual de Campinas
Campinas, Brasil
cripeq@unicamp.br
https://orcid.org/0000-0002-1886-3790

Vanderlete Pereira da SILVA
Universidade do Estado do Amazonas
Manaus, Brasil
vanderletesilva@yahoo.com.br
https://orcid.org/0000-0001-9353-3110

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo

RESUMO
Na linha da Educação Infantil em debate, apresentamos as Contribuições Feministas, com um PRÓLOGO em coro na performance do coletivo feminista chileno *Las Tesis*, situando a proposta e desdobrando-se em dois ATOS, o primeiro realizado na UFSC dentro da programação do 13º Seminário Fazendo Gênero, com a transcrição na íntegra da *Mesa Redonda: Materialismos Feministas contra o Fim do Mundo*, composta por Barbara Machado (CAP UERJ), Jules Falquet (Universidade de Paris 8) e Adriana Rio (Movimento de Mulheres Olga Benário). E o segundo ATO com um fragmento do *IV Seminário Internacional Infâncias e Pós-colonialismo: saberes transversais e interlocuções com os povos indígenas* realizado pelo Gepedisc Culturas Infantis da Faculdade de Educação da Unicamp em parceria com a Universidade Estadual da Amazonia, realizado em Manaus[1], que apresenta a construção concreta das resistências indígenas com os múltiplos "espaços de existência epistêmica de corpos territórios e memórias!', como explanou a Professora Daniela Munduruku, fala potente que compõe nestas contribuições feministas conhecimentos transformadores e quiçá revolucionários para a Educação Infantil que temos e a que queremos, à brasileira.
PALAVRAS-CHAVE: Feminismos. Resistências. Infâncias.

ABSTRACT
In the line of Early Childhood Education under debate, we present the Feminist Contributions, with a PROLOGUE in chorus in the performance of the Chilean feminist collective Las Tesis, situating the proposal and unfolding in two ACTS, the first held at UFSC within the program of the 13th Seminar Making Gender, with the full transcript of the Round Table: Feminist Materialisms against the End of the World, composed by Barbara Machado (CAP UERJ), Jules Falquet (University of Paris 8) and Adriana Rio (Olga Benário Women's Movement). And the second ACT with a fragment of the IV International Seminar on Childhood

[1] "IV Seminário Infâncias e Pós-colonialismo", foi realizado on line e está disponível no @ueamazonas YouTube da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a fala da Profª Daniela Munduruku, docente do curso de letras da UFAM, consta no seguinte endereço :https://www.youtube.com/watch?v=Yw2FoOTuVgs&t=4793s

and Post-colonialism: transversal knowledge and dialogues with indigenous peoples held by Gepedisc Culturas Infantis of the Faculty of Education at Unicamp in partnership with the State University of Amazonia, held in Manaus, which presents the concrete construction of indigenous resistance with the multiple "spaces of epistemic existence of bodies, territories and memories!', as explained by Professor Daniela Munduruku, says powerful that comprises in these feminist contributions transformative and perhaps revolutionary knowledge for the Early Childhood Education we have and the one we want, the Brazilian way.
KEYWORDS: Feminisms. Resistances. Childhoods.

PROLÓGO
(coro de jovens mulheres)

O Patriarcado é um juiz
Que nos julga por nascer
E o nosso castigo
É a violência que não vês
O patriarcado é um juiz
Que nos julga por nascer
E o nosso castigo
É a violência que vês
Feminicídio (aponta para baixo)
Impunidade pro meu assassino (aponta para baixo)
Agressão (aponta para baixo)
Violação e Ocultação (aponta para baixo)

E a culpa não era minha, nem onde estava, nem o que vestia
E a culpa não era minha, nem onde estava, nem o que vestia
E a culpa não era minha, nem onde estava, nem o que vestia
E a culpa não era minha, nem onde estava, nem o que vestia
O violador eras tu (aponta) O violador és tu (aponta)

São as Leis, (aponta direita)
São os Juízes (aponta esquerda)
É a Sociedade (braço gira)
É o Estado (cruza os braços)
O Estado opressor é um macho violador
O Estado opressor é um macho violador
O violador eras tu
O violador és tu
O violador és tu (aponta)[2]

O "Fazendo Gênero 13 contra o fim do mundo: anti-colonialismo, anti-fascismo e justiça climática" realizado pelo Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina ocorreu de forma presencial de 29 julho a 2 de agosto de 2024, no Campus da UFSC, em Florianópolis - SC - Brasil. Teve como proposta a criação coletiva de um espaço interdisciplinar de diálogo, trocas e possibilidades de formação de redes transnacionais, que incluiu pesquisadoras/es, artistas e também ativistas de movimentos sociais, articulando uma aproximação entre a academia e as experiências

[2] Letra da performance do coletivo feminista Las tesis. Chile: ¿Quiénes son Las Tesis, el colectivo feminista detrás de "El violador eres tú"? Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=9sbcU0pmViM Acesso em: 04.09.2024.

de mundo marcadas pela diferença e pela diversidade, nos atravessamentos de pesquisa, arte e ativismo.

Viabilizou um espaço de interlocução horizontal, ao abrigar múltiplas formas de conexão, promovendo e produzindo conhecimentos que colocam o gênero, as sexualidades e as questões feministas no centro das discussões em um fórum que privilegia a troca e o debate de sujeitos sociais diversos, em um amplo e produtivo encontro de caráter transnacional e interdisciplinar.

Nós, pesquisadoras da educação das infâncias, participamos do Fazendo Gênero há algumas décadas, articulando em torno de uma pedagogia da infância feminista situada em trajetórias de pesquisa, extensão e articulação política em torno de proposições do Simpósio Temático Creche e Feminismo, ocupando politicamente este importante evento multidisciplinar na área de gênero e estudos feministas, com profícuos debates para a educação infantil brasileira. A partir da experiência desse evento, ao longo das suas edições, três publicações foram organizadas: Creche e Feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora (Finco; Gobbi; Faria, 2015); Por que a creche é uma luta das mulheres: inquietações feministas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade! (Teles; Santiago; Faria, 2018) e "Isso aí é RACHISMO!" Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras (Silva; Faria; Finco, 2019) na interlocução com pesquisadoras/es de diversas regiões do país. Divulgações cientificas, disponibilizadas gratuitamente para download pela Biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp.

Nesta 13º edição do Seminário Internacional Fazendo Gênero, participamos com o Simpósio Temático (ST) Creche e Feminismo, com 13 trabalhos inscritos e 10 apresentados nos dois dias destinado ao debate das pesquisas no simpósio, com a coordenação das Profªs. Drªs. Adriana A. Silva e Juliane de Paula Queiroz Odinino. Nossa proposição destacou as implicações sociais e políticas da corresponsabilidade do cuidado das crianças pequenas, buscando em nosso Simpósio Temático incorporar produções e reflexões que problematizassem a dimensão social da educação e do cuidado das crianças na sociedade contemporânea. A corresponsabilidade do cuidado das/os bebês e das crianças pequenas historicamente vem sendo institucionalizada através da luta por creches no contexto do movimento de mulheres e das lutas feministas protagonizada por mães, de modo a reivindicarem do Estado sua coparticipação nesta tarefa, para que as mesmas pudessem desempenhar o trabalho remunerado, vivenciando suas liberdades proporcionadas fundamentalmente pela

autonomia financeira. Há muitos atravessamentos que envolvem o cuidado das crianças pequenas os quais destacam-se: a problematização do trabalho doméstico e a divisão racial sexual do trabalho, a trajetória da profissionalização docente na luta pela valorização deste trabalho na educação infantil (no Brasil enquanto primeira etapa da Educação Básica desde a LDB 9394/96), a autonomia financeira das mulheres como forma de empoderamento e, finalmente, a crítica à responsabilidade dos cuidados das novas gerações que recai desigualmente sobre as mulheres, em sua maioria negra e de baixa renda.

Além do debate sobre as relações entre as crianças e entre elas e as pessoas adultas vem à tona a importância de uma problematização acerca da condição da criança no contexto global; os vínculos sociais estabelecidos culturalmente entre crianças e seus pares e outras pessoas adultas nos mais diversos arranjos familiares e sociais num país pluriétnico que concentra tantos e diferentes povos, que concebem a criança de formas distintas; a crítica aos papéis sociais da paternidade/maternidade para além das dicotomias associadas às diferenças de classe, raça e gênero, como público e privado, emocional e racional. Tal problemática conceitual e política reivindica a corresponsabilidade da tarefa de cuidados das crianças tanto do Estado como dos/as demais sujeitos/as sociais, compreendendo esta tarefa como trabalho e também direito na dimensão de responsabilidade pública, em estreito diálogo com os campos de estudos feministas e das ciências sociais.

Nesse sentido, embora o recrudescimento das violências contra mulheres e crianças seja fato incontestável no mundo, decorrentes dos ajustes de acumulação e manutenção dos domínios neoliberais, é possível também observar nas contradições o avanço das forças contra-hegemônicas. Nesse sentido, as mulheres têm sido grandes protagonistas, como destaca a filósofa italiana Sílvia Federici (2023). Responsáveis pelos cuidados na reprodução das famílias, as mulheres estão no centro dos problemas estruturais da sociedade e são afetadas diretamente pela destruição causada pelo capitalismo, que vão desde a avassaladora degradação ambiental, com a derrubada da floresta e o aumento dos garimpos na Amazônia, até os macroproblemas urbanos. Desta forma, a retirada de direitos e os processos de exclusão têm provocado outras maneiras de pensar formas alternativas de luta pela vida, fortalecendo ações coletivas de resistência, nas quais as mulheres se destacam pelo fato de que são capazes de inventar diferentes modos de tecer outras tramas comunitárias, que têm garantido a sobrevivência de suas filhas e filhos.

carpete azul. E vamos começar a nossa mesa. A gente, como vocês podem estar percebendo, estamos com alguns desfalques, infelizmente.

A nossa mesa estava prevista para ter mais duas pessoas, a Suane, o Felipe Soares e a Verônica Ferreira. As duas iriam palestrar e as duas tiveram problemas de saúde e não poderiam vir. Então, infelizmente, a gente está com esses desfalques, a gente teve uma mudança na composição da mesa.

Porém, nós temos aqui pessoas muito maravilhosas e interessantes que farão falas para nós. E eu também vou dobrar, além de ser coordenadora da mesa, enfiei aqui para também ser expositora hoje, para a gente poder ter um volume um pouco maior de conversa. Então, além de coordenar, eu vou fazer uma fala também.

Aqui comigo está a Adriana Rio, aqui ao meu lado, que é professora, pesquisadora, palhaça e militante do movimento Olga Benário. Depois ela vai se apresentar um pouquinho mais. E, ao lado dela, professora Jules Falquet, professora do Departamento de Filosofia da Universidade de Paris 8, Saint-Denis, e membro do *Laboratoire des recherches sur les logiques contemporaines de la philosophie.* Aulas de francês do ensino fundamental. Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre as Lógicas Contemporâneas da Filosofia. A Jules está aqui como palestrante, a Adriana como debatedora, mas ela também vai ter o espaço de fala. Então, vou começar a passar a palavra para a Jules, por favor.

Jules Falquet

Bom Dia. Eu queria primeiro situar desde onde estou falando, observando o mundo e fazendo análises. Quero me situar nas relações sociais estruturais de sexo, de raça e de classe.

Vou fazer isso do ponto de vista sociológico, entre aspas, quer dizer, talvez mais objetivo, e de um modo mais político, assim como finalmente de um modo biográfico, para vocês terem elementos para entender melhor o que eu vou falar logo.

Então, nas relações sociais de sexo, quando eu nasci, fui considerada como fêmea, e então queriam que me tornasse mulher. Nas relações sociais de raça, eu fui considerado branca, e nasci num país primeiro mundista e colonialista, que também é o terceiro exportador de armas e de doutrinas militares no mundo. E, no ponto de vista da classe, eu nasci de uma mãe e um pai que eram da classe meia-alta e com a minha profissão, que é professora na universidade, me mantive na classe privilegiada, vamos dizer.

Agora, politicamente, o que eu tenho feito com isso? Ao nível das relações de classe, estou tentando combater o capitalismo, na sua versão neoliberal de hoje. Respeito às relações sociais de raça, eu tento participar nas lutas contra o racismo, como pessoa branca e do norte. Na França, onde o racismo é mesmo muito forte, isso significa lutar em especial contra a islamofobia e as lógicas coloniais, imperiais e em contra das lógicas norte-sul.

Do ponto de vista das relações sociais de sexo, mesmo que nasci considerada fêmea e quisessem que me tornasse mulher, em um momento dado descobri o trabalho de Monique Wittig e as lutas lésbicas, e eu me considero lésbica no sentido que a Monique Wittig deu para essa palavra. Quer dizer que tentei não me tornar mulher. Também não homem, mas tornar-me lésbica, que é uma luta de cada dia, não apenas individual, mas também coletiva, em contra da ideologia da diferença sexual, ou seja, da ideologia da heterossexualidade.

E para completar a apresentação, do ponto de vista biográfico, só dizer que eu nasci na primeira vez em 1968, mas nasci de novo, uns anos depois, em 1989, no México, no Chiapas —antes de aparecer o Movimento Zapatista. Tinha ido lá para fazer uma pesquisa de mestrado sobre a escolarização das mulheres indígenas. E foi muito, muito instigante, revelador. Eu descobri muitas coisas, entre outras, o fato de as comunidades indígenas terem mantido uma luta e uma resistência muito fortes apesar de 500 anos de colonização e genocídio. Isso foi um fato muito importante. E logo, nesse mesmo lugar onde eu tinha vivido quase um ano, em Chiapas, apareceu o movimento zapatista. Isso também foi muito importante, eu acompanhei o mais que pude, e as mulheres indígenas, e mas especialmente as mulheres indígenas zapatistas do México, me ensinaram muito. Além disso, dizer que quando eu estava morando no México, no Chiapas, tive conhecimento da luta no Salvador, Centro América, que ainda estava em um processo revolucionário. E morei lá justo depois de terminar a guerra, durante o processo de "democratização", fiz uma pesquisa sobre a participação das mulheres no processo revolucionário armado, quer dizer, as guerrilheiras. Só que, quando cheguei, foi o primeiro dia que eram ex-guerrilheiras, começou o período da paz, ou ao menos, do calar das armas. Mas também elas foram muito importantes na minha formação política, teórica e também humana.

A primeira vez que estive no Brasil foi em 98, e vim aqui para Santa Catarina, entre outras, para fazer uma pesquisa sobre as mulheres no MST. Trabalho essencialmente no tema das mulheres, em diferentes movimentos sociais, especialmente movimentos sociais que têm a ver com a luta pela terra.

Então, a minha perspectiva feminista, lésbica, antirracista e anticapitalista está sendo formada por essas experiências, assim como outras na França, sobre as quais não vou insistir muito nesse momento.

Então, o que eu queria propor para vocês hoje uma análise sobre como eu, como feminista e lésbica, materialista, antirracista, anticapitalista, entendendo o que está acontecendo agora, fundamentalmente a situação de guerra generalizada, muito preocupante, que eu queria tentar analisar um pouco mais desde um ponto de vista feminista. Na primeira noite e na segunda desse Fazendo Gênero, as duas interventoras, Amina Mama e Adriana Guzman, falaram da situação de guerra, mas acho que podemos aprofundar um pouquinho mais para entender como que as mulheres, as diferentes mulheres são afetadas. Como a guerra funciona e como tem a ver também com relações sociais entre homens e mulheres, e também com as lógicas de raça e de classe, que atravessam essa lógica militar.

Me apoiarei especialmente em duas fontes. A primeira, é uma socióloga francesa muito importante, muito pioneira, Andrée Michel, que morreu no ano passado aos 100 anos de vida. Ela foi uma super feminista teórica do antimilitarismo, especialmente, e quero homenagear a memória dela, por ter aberto pistas de reflexão muito importantes[4].

A outra raiz ou fonte de inspiração para pensar são, precisamente, as mulheres indígenas desse continente e também as mulheres afros, mas, nesse caso, sobretudo, as mulheres indígenas, que teorizaram o chamado "feminismo comunitário". Adriana Guzman da Bolívia, que pudemos escutar ontem, é uma delas. A outra fonte inicial do feminismo comunitário de Abya Yala, são as mulheres indígenas da Guatemala, que conheço um pouco mais por ter morado tanto no México como no Salvador, ao sul e ao norte da Guatemala, que pode visitar repetidamente. Lorena Cabnal, Lolita Chávez e outras foram das primeiras em inventar, em propor à luta simultânea para a defesa do território-corpo e do território-terra, que eu acho muito importante. E foram das primeiras em fazer a ligação entre a lógica colonial de mais de 500 anos e a lógica militarista neocolonial atual desse período extrativista neoliberal.

No meu primeiro livro traduzido ao português, *Pax Neoliberalia*, analiso como o neoliberalismo, na sua fase atual de extrativismo neocolonial, está se transformando e utilizando centralmente a violência contra as mulheres para se manter. Essa violência que é uma violência estrutural contra as mulheres, ao mesmo tempo é uma violência

[4] https://www.editions-ixe.fr/catalogue/feminisme-et-antimilitarisme/

também racista e de classe. Hoje quero tentar entrar a essa análise através do pensamento de André Michel, a feminista francesa que estava mencionando e que foi como a ponte entre Simone de Beauvoir e Cristine Delphy e as outras feminista materialistas francófonas mais recentes, tendo sido responsável pela publicação da revista *Nouvelles Questions Féministes*.

Ela fez parte de uma rede de resistência internacional de mulheres contra a guerra, e teve muita relação com o Brasil, com a Colômbia, com as mulheres da luta pacífica da Colômbia, e logo também com as mulheres árabes, especialmente da Síria, do Iraque. Foi uma feminista muito internacionalista e muito antimilitarista.

Em 1985, ela coordenou um número bem importante da revista *Nouvelles Questions Féministes*, onde trabalhou muito um conceito que trouxe dos Estados Unidos dos anos 50: o conceito de "complexo industrial-militar". Com esse conceito de complexo industrial-militar, enfatiza e visibiliza a lógica global do conglomerado de indústria, indústria militar, poder político, poder bancário, poder mediático, poder nas escolas (não sei aqui no Brasil, mas na França tem derivação nas escolas, estão mandando militares nas escolas para doutrinar as crianças desde muito cedo). Então Andrée Michel tem um trabalho muito interessante sobre o vínculo entre o complexo industrial-industrial e a violência contra as mulheres, especialmente contra as mulheres dos países do sul.

Me inspirei muito no trabalho dela para propor que o sistema do atual neoliberalismo está dominado por o que eu chamei de "par fatal" dos "homens em armas e mulheres de serviço". Como feministas, muitas vezes só focamos a reflexão nossa sobre as mulheres: as mulheres, coitadas, as mulheres maravilhas, focamos nas mulheres e esquecemos a outra parte dialética da relação entre mulheres e homens, os homens. Temos que observar a outra parte do que acontece com as mulheres, com as mulheres desprivilegiadas, migrantes, refugiadas por exemplo, no laboral, que são empurradas para o trabalho de cuidados e os trabalhos sexuais, para sobreviver. A outra parte é o que acontece com os homens, especialmente os homens desprivilegiados por conta da raça e da classe, que estão empurrados a pegar uma arma. Pode ser, entrando no exército, seja como migrantes para conseguir documentos, ou no exército em geral, ou como polícia, segurança, grupos paramilitares, grupos narcotraficantes, ou vigilante em um parque, no supermercado... Homens atrás de uma arma, mulheres empurradas ao cuidado, seja trabalho sexual, seja trabalho doméstico, seja cuidado assalariado: isso é o "par fatal dos homens em armas e das mulheres de serviço", que vai crescendo, se desenvolvendo com o avance do neoliberalismo.

Olho: quando estou falando de homens e mulheres, não estou falando de homens e mulheres biológicas. Estou falando de pessoas assinadas a, ou consideradas como devendo, se tornar homens ou mulheres. E, sobretudo, estou falando das mulheres e dos homens desprivilegiados por conta da raça e da classe.

O complexo industrial-militar nos fala da organização da economia capitalista, nos fala de uma economia baseada no militar. França, sendo o terceiro exportador mundial de armas e de doutrinas militares, é um exemplo muito forte disso. Toda a organização econômica é puxada pela indústria militar, fabricação de armas, fabricação de aviões, produção de sistemas de inteligência, sistema de transporte, pesquisa científica, quase toda a economia e a vida social são puxadas pelas necessidades do complexo militar-industrial.

Por exemplo, toda a organização do território, as ruas, as rodovias que são feitas pensando onde vão passar os tanques, onde passarão os caminhões policiais, até o peso que podem suportar as pontes etc. André Michel explica também como a divisão sexual e a divisão norte-sul do trabalho são muito sustentadas em base ao complexo militar-industrial. Por exemplo, podemos pensar nas jovens mulheres, nos países da Ásia, especialmente, que estão trabalhando na indústria informática. Uma grande parte da indústria informática é para a indústria militar. Muitas jovens mulheres asiáticas estão trabalhando por salários muito baixas em fábricas de montagem electrônicas e muitos homens do norte estão trabalhando no Vale do Silício (Silicon Valley), com bons recursos, para fazer a parte do software para as bombas inteligentes, os aviões etc.

Também podemos pensar nas mulheres em muitos países do sul, que vivem em guerra e que são expulsas porque elas moram em lugares onde há materiais-primas que interessam à indústria militar, o complexo militar industrial. Podemos pensar na guerra do Congo, que afeta tantas mulheres, que sofrem estupro e muitas coisas horríveis, e isso tem a ver com o coltan, um mineral que interessa muito à indústria militar. Podemos pensar no lítio, no salár de Uyuni na Bolivia, por exemplo, que interessa tanto os países do norte para fazer não apenas as baterias dos carros eléctricos, senão que também para suas indústrias militares. Ou ainda nas lutas pelo acesso ao urânio e nas guerras levadas acabo por França, por exemplo, no Níger, para pegar o urânio, etc.

Pensemos nos homens dessas regiões, que são mineiros nas indústrias muito pesadas, ou são soldados nessas guerras das transnacionais. E aqui a divisão sexual e a organização internacional do trabalho. Isso tem tudo a ver com o complexo industrial-militar transnacional.

A economia militarizada também significa cortes nos orçamentos públicos dos Estado de bem-estar: cortes na saúde, cortes na educação. Permite entender melhor as prioridades que tem os diferentes governos, seja em tempo de paz ou, pior ainda, em tempo de guerra. Muitos governos favorecem a escolha de dar dinheiro para o complexo industrial-militar, reforçando poder dessa indústria e dos homens que a dirigem e que ganham com essa indústria, em desfavor das mulheres, e das mulheres racializadas, das mulheres do campo que sofrem ainda mais esses recortes. E importante notar que isso acontece durante a guerra, mas também durante a paz. Bom, vou fazer uma pergunta a vocês. Vocês sabem qual é o grupo que faz a maior desperdício de recursos e faz a maior poluição do mundo?

Auditório: Americanos.

Jules Falquet: Americanos, ouvi? Mais ou menos: querem dizer as pessoas dos Estados Unidos, sim? Agora, quais americanos mais precisamente?

Auditório: a indústria bélica.

Jules Falquet: Exatamente. O exército. Os exércitos são os primeiros que gastaram recursos, as matérias-primas, e são também os que mais contaminam.

Se estamos falando de destruição ambiental, estamos falando de responsabilidade do complexo militar ou industrial. Número 1, Estados Unidos. N°2, 3, 4: França, Rússia, Israel.

Para falar nisso, quero manifestar toda a minha solidariedade com a luta das mulheres, dos homens e das pessoas trans palestinas.

Estamos agora em um momento muito grave. O exército de Israel acaba de assassinar no Irã, ao dirigente político do Hamas Ismaël Yaniyeh, que era um dos principais negociador no diálogo com o estado de Israel. Isso tem a ver com uma coisa que falo no meu livro *Pax Neoliberalia:* é como agora a lógica militarista e de guerra se transformou, se apoiando em uma doutrina militar inventada pelo exército francês colonial durante a guerra de libertação da Argélia, que é a doutrina de guerra chamada "de baixa intensidade". E uma lógica de guerra, que, entre outras coisas, não respeita nenhum direito internacional. Não é uma guerra formalmente declarada, é uma guerra que não respeita nem as poucas leis que mais ou menos "humanizam" a guerra. E é uma guerra cujo objetivo central é a população civil, porque tem como objetivo separar a população civil da parte armada, e também separar as pessoas entre elas, dividir os grupos, romper o tecido social. Isso é o conceito da "guerra de baixa intensidade", que foi desenvolvido pela extrema-direita militar francesa, nos anos 60. Em 2001, quando foram atacadas as torres gêmeas, os Estados Unidos entraram e fizeram entrar o mundo

inteiro numa nova fase de guerra, precisamente numa guerra de baixa intensidade global. Transformaram o velho inimigo comunista em um novo inimigo global, o "terrorismo". Isso criou uma nova lógica geral de guerra. E agora, a guerra levada a cabo por Israel é exatamente nessa lógica. É o máximo dessa nova lógica de guerra de baixa intensidade.

Quero insistir: "guerra de baixa intensidade" não quer dizer guerra fraca, quer dizer outra forma de guerra, uma guerra ainda muito pior. Uma guerra na qual as mulheres, a sociedade civil, e fundamentalmente as mulheres e as crianças são os objetivos centrais da guerra. Não é casualidade, não é uma triste consequência que tenham tantas crianças e tantas mulheres assassinadas agora na Palestina. É ao contrário: são o objetivo central da guerra. E é bem mais "fácil" matar essas pessoas, que matar soldados armados.

E isso, repito, tem muito a ver com o acesso aos recursos. É uma lógica muito perversa, é a lógica do capitalismo de destruição, a lógica de criar riqueza acima da destruição. O complexo industrial-militar está lutando pelo acesso aos recursos para se desenvolver mais e para poder lutar mais contra os outros complexos industrial-militares de outros países para acessar os recursos, especialmente as matérias-primas energéticas e metálicas, e logo, a terra.

Agora, tentando fazer a vinculação com o trabalho das feministas comunitárias da Abya Yala: mais ou menos, de 2000, 2008 até agora, começou um novo período extrativista, com a elevação dos preços das matérias-primas. Teve todo um processo que elas as mulheres do feminismo comunitário, entre outras, denunciaram como uma nova colonização, uma recolonização, que implicou o desenvolvimento do militarismo até as comunidades onde as transnacionais (que são parte do complexo militar ou industrial) querem captar os recursos. Olhamos a forte disputa em quanto as eleições na Venezuela: independentemente do que podemos pensar sobre Maduro, lembremos que Venezuela é o país que tem agora, mundialmente, as maiores reservas de petróleo. Por isso é tão importante quem vai governar esse país.

E para falar de novo em Palestina, Palestina é por onde transita quase todo o petróleo do Médio Oriente para o Ocidente. Então, isso também nos fala muito claramente de qual é o problema. Então, para fazer a vinculação com o trabalho de Lorena Cabnal, de Lolita Chaves e de muitas mulheres afros daqui de Abya Yala, elas desenvolveram esse conceito de defesa simultânea do território-corpo e do território-terra. Porque elas têm visto, desde o período colonial, como a lógica dos homens em armas e a lógica da colonização é atacar as mulheres, os corpos das mulheres, para

desfazer o tecido social, para poder entrar mais fácil nos territórios, e também para tentar criar pânico, susto, horror, nas populações que moram nos territórios, para fazê-las ir embora e para abandonar, então, o território e, sobretudo, os recursos.

Uma coisa também que é importante, e analisar essa violência toda, desde uma perspectiva de imbricação das relações sociais, não apenas de sexo, mas também de raça e de classe. Por exemplo, para entender que os feminicídios na relação de parceria, na relação "amorosa", são muito numerosos e muito graves, mas que provavelmente, a maioria dos feminicídios são de outro tipo: feminicídios de mulheres que são muitas vezes estupradas primeiro e logo assassinadas pelo exército, por homens em armas, para "liberar" o território. Além disso, elas são mortas, assassinadas, estupradas com um nível e um tipo de violência que é diferente da violência que é utilizada contra as mulheres mais novas, urbanas, estudantes, brancas, no âmbito das relações sentimentais. A maior parte dos feminicídios e da violência mortal contra as mulheres hoje nesse continente, é uma violência que tem um conteúdo, uma raiz colonial, uma forma que tem tudo a ver com o período da escravização e da colonização, que ainda persiste hoje.

Eu não entrei na questão dos feminicídios sexuais sistémicos de Ciudad Juárez, mas é um tema que trabalhei bastante e que é muito importante para entender essa "nova" violência neoliberal. Vocês sabem desses feminicídios sexuais sistêmicos de Ciudad Juárez, que foram aqueles que fizeram levantar a bandeira do feminicídio, e desenvolver a conceituação geral dos feminicídios no continente, a partir dos anos 1990. Bom, esses feminicídios, estamos falando de centenários de assassinatos de mulheres, não eram apenas assassinatos de mulheres, mas também de trabalhadoras pobres, de mulheres migrantes. E o jeito de elas serem assassinadas, é um jeito que lembra muito técnicas militares que foram ensinadas durante décadas na Escola das Américas, no Panamá, onde se formaram os militares de todo o continente para a contrainsugência, numa ideologia anticomunista super forte. Quem os formou? Estados Unidos, que aprenderam as lógicas da França. Aprenderam sobre a "guerra de baixa intensidade" e também todas as técnicas de tortura para atemorizar, não apenas para obter informação, mas para atemorizar, desmoralizar, como já expliquei.

No caso de México fica muito claro, se pode rastrear como nos anos 60 teve uma intenção de levantamento revolucionário, pelo que o governo mandou uns policiais se formarem na Escola das Américas, foi um grupo chamado Brigada Branca. La aprenderam, entre outras, técnicas de tortura, de estupro grupal, como uma forma de criar coesão interna entre eles ao tempo do que de atemorizar a população. Alguns

desses policiais ao cabo dos anos, saíram da polícia, entraram no narcotráfico e transmitiram essas técnicas lá na fronteira norte e são essas técnicas que vemos surgir de novo nos feminicídios.

Então, para concluir, quero sublinhar que a lógica militar dos tempos de paz neoliberal atuais, que em realidade são simultaneamente tempos de guerras abertas, tem tudo a ver com a lógica militar anti-insurrecional, anti-revolucionária, anticomunista. E a violência contra as mulheres, incluindo a violência sexual (que prefiro chamar de violência genitalizada), e os feminicídios de diversos tipo que estão em aumento massivo, contra as mulheres em geral, mas sobretudo, contra as mulheres empobrecidas e racializadas, é absolutamente central na manutenção da globalização neoliberal.

Bárbara Araújo: Bom, pessoal, como chegou bastante gente depois e agradeço e aproveito para agradecer novamente a presença e dizer que fico feliz de ver esse auditório cheio. Para quem chegou depois, só um esclarecimento, um esclarecimento não, uma retificação aqui. Para quem não está entendendo, porque a gente está com alguns desfalques, a gente teria duas outras pessoas nessa mesa, a Suane e a Verônica, mas elas tiveram problemas de saúde e não puderam viajar. Então, elas estão desfalcando a nossa mesa, infelizmente, hoje. E, com isso, a gente tem aqui, teve a fala da Jules agora, a gente vai ter também a fala da Adriana como debatedora, que está aqui ao meu lado. E aí, para compor, estou entrando aqui de gaiato no esquema. O meu papel original é de coordenadora da mesa, mas também vou fazer uma fala agora como expositora.

Meu nome é Bárbara Araújo, eu sou professora de história da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, do Instituto de Aplicação. Imagino que a maioria não me conheça. E eu estou nervosa, não estou acostumada com essa sensação de nervoso. Normalmente, o meu dia a dia é na escola básica, então tô acostumada com adolescentes caóticos. Então, em geral, não fico nervosa pra falar em público, mas estou nervosa pela situação, me enfiei aqui, assim, eu suponho que ninguém tenha vindo aqui pra me ouvir falar. E aí vou falar mesmo assim, então assim... Desculpe qualquer coisa. E aí a minha fala, ela vai num sentido diferente, talvez, do que muitas pessoas passam a estar esperando. Mas vou parar de me desculpar, e vou falar. Pelo seguinte sentido, uma fala que até outro dia não iria acontecer, então eu preparei um pouco, e aí consegui que talvez a melhor forma de contribuir com esse espaço fosse apresentar um pouco de uma perspectiva que eu vou defender como materialista, mas

que não está dentro da rubrica do feminismo materialista que a gente normalmente pensa. Então, quando a gente vê o feminismo materialista, a gente espera a Jules Falquet e outras pessoas que estariam aqui com a gente, e eu vou fazer uma fala trazendo a perspectiva que é a teoria da reprodução social dentro de uma vertente específica dessa teoria, que é a vertente marxista.

Então, é uma fala que vai ser um pouco diferente também, eu vou falar um pouco de conjuntura, a fala da Jules foi uma fala mais trazendo as questões atuais, eu vou tentar contribuir apresentando um pouco essa perspectiva da teoria da reprodução social. Explicando para vocês um pouco como ela se formou historicamente e para onde ela está indo, para onde a gente está tentando levá-la. Essa teoria, eu consegui que dava para trazê-la aqui, e eu acho que me chamaram para coordenar essa mesa também nesse sentido, porque ela é uma teoria materialista no sentido de materialismo politicamente, filosoficamente pensando.

Então, por que eu estou defendendo que ela é uma teoria materialista também, embora não nesse sentido do feminismo materialista francófono? Essa teoria é uma teoria que vem a partir de um desenvolvimento de Marx. E o Marx, como sabemos, é um pensador materialista porque o pensamento dele se forma em oposição ao pensamento idealista, dominante na filosofia no tempo que ele está escrevendo, discutindo, apresentando politicamente. No seguinte sentido, ele vai entender relações sociais como relações concretas, em oposição à perspectiva de que a gente está trabalhando com ideias, a gente está trabalhando com abstrações, então o pensamento é abstrato, ele vai propor essa ideia de que as relações sociais são fenômenos concretos e a partir de um método de produção de conhecimento que é um método que parte do concreto, para chegar, depois de passar por um momento de abstração, de reflexão, num concreto pensado, não que a gente chama de concreto pensado. Mas, até materialista, ok, muitos são, mas a diferença, talvez, e o que eu acho que é mais interessante para Marx é que ele vai produzir o materialismo histórico.

Então, em que sentido é histórico? É materialista nesse sentido, mas é um materialismo histórico, no sentido de que ele vai propor que a gente existe, atua, vive de uma maneira que, embora a gente tenha agência, essa agência não é feita de forma livre, é uma agência que é determinada historicamente, então tem a citação famosa de Marx, do XVIII Brumário, que ele diz, os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sobre aquelas com que se defrontam diretamente, legados e transmitidos pelo passado.

Então, não faz sentido essas relações sociais que são concretas, elas são relações dinâmicas, estão em transformação, e elas determinam as nossas vidas.

A fala da Jules começa com ela se situando um pouco, de onde ela vem, como que ela se forma. E é isso, nesse sentido também. A gente não nasce em condições que escolhe, de repente, hoje, teria nascido herdeira? De repente, se eu pudesse escolher? Acho que sim. De repente, assim, hoje eu não posso mais mentir para vocês. Mas, enfim, não escolhi. Então, essa teoria da reprodução social é uma teoria que se afiliada ao marxismo nesse sentido, uma teoria materialista, mas dentro do materialismo histórico. E isso é importante, embora talvez nada do que eu tenha dito seja novidade para vocês, porque é isso que talvez diferencie essa teoria de outras vertentes, de outras matrizes que estão pensando também em sentido de reprodução social, de trabalho doméstico, de gênero, raça e classe, mas não necessariamente a partir de Marx ou com uma filiação tão direta a Marx. A partir no sentido de que não é só com o que o Marx produziu e propôs, mas desenvolvendo ideias, pensamentos e abordagens a partir dele, indo além nesse sentido. Então, isso é importante.

Outro ponto é esse nome, teoria da reprodução social, não é um nome autoexplicativo de modo algum, então é uma teoria que diz sobre alguma coisa que é reprodução social e o que significa isso. No Marx, a ideia de reprodução social aparece num sentido mais amplo. A reprodução social é a reprodução da sociedade. A sociedade, o sistema social, ele se reproduz. Então, há alguns autores que usam a expressão reprodução sociaetal, reprodução da sociedade. A sociedade se reproduz, o capitalismo se reproduz, enfim, o sistema se reproduz como um todo. Mas as feministas que trazem essa discussão a partir de Marx, elas vão propor um conceito mais específico de reprodução social, que é o que a gente tem usado, que é para dizer de atividades de reprodução da vida como um todo ou de reprodução da força de trabalho especificamente.

Então, são muitas atividades dentro desse escopo e as primeiras que vêm na nossa cabeça são as atividades ligadas ao trabalho doméstico. Então, quando a gente pensa em atividade de reprodução social, a gente, em geral, pensa em fazer comida, lavar roupa, tudo o que é necessário ali para a gente acordar no dia seguinte, ter forças, comer e tal. Mas existem outras, muitas outras atividades dentro desse escopo de reprodução da vida. E ela tem sido definida por essas feministas que estão trabalhando com esse conceito como atividades que regeneram a pessoa trabalhadora, que mantêm e regeneram não trabalhadores, ou seja, futuros trabalhadores, crianças, adolescentes, ou pessoas que já saíram do processo produtivo, pessoas idosas, aposentadas, ou

pessoas que têm algum tipo de deficiência, que não atuam diretamente mais, mas também atividades que geram novos trabalhadores e isso inclui a reprodução biológica, que é um aspecto importante para nós, é um aspecto que às vezes é difícil, eu acho, de tratar, às vezes eu acho que a gente teve, assim, algum afastamento, porque é um tema que... Embora seja central a dimensão dos corpos capazes de gestar e produzir novas vidas, às vezes, a gente se afasta um pouco desse tema.

E aí, por que surge essa questão? Por que surge esse tema da reprodução social? Ele vem de uma tradição do movimento de mulheres socialistas, que estão tentando entender, explicar, teorizar qual é um material base da opressão das mulheres, no capitalismo especificamente. Então, é importante dizer isso, essa é uma discussão, é uma teoria que fala sobre o capitalismo. A gente tem algumas companheiras que tentam pensar a reprodução social em sociedades pós-capitalistas, enfim, em outras sociedades, mas é uma teoria que está tentando entender a opressão das mulheres no capitalismo. E por que isso acontece? Por que existe essa opressão? O que acontece? O que esse sistema tem que precisar oprimir as mulheres de alguma forma? E tem mil respostas para isso. E a proposta que essa galera vai trazer, ela surge pela primeira vez nesses termos, antes do Marx, inclusive, tem uma autora chamada Susan Ferguson, que vai recuperar dois pensadores do socialismo utópico, do chamado socialismo utópico, que são a Anna Wheeler, Wheeler é W-HEELER, e William Thompson, que são pensadores do início do século XIX, estão ali nas discussões dos socialistas utópicos, chamados socialistas utópicos, e as socialistas utópicas elas estavam trabalhando com a questão do trabalho doméstico, elas estavam trabalhando para isso e elas estavam olhando para o trabalho doméstico, assim... olha, isso aqui está atrasando a nossa vida, as mulheres sendo presas ao trabalho doméstico atrasa a nossa vida e o trabalho doméstico, ele precisa ser coletivizado porque ele é um fardo que sobrecarrega mais as mulheres, e isso está atrasando as mulheres de avançarem. Então, ele precisa ser coletivizado porque é um fardo. Essas duas pessoas, o Wheeler e o Thompson, vão ter uma proposta diferenciada que vai ser retomado depois pelas feministas da reprodução social, que é o seguinte, O trabalho doméstico não precisa ser coletivizado porque ele é um fardo. Ele precisa ser coletivizado porque gera riqueza. porque ele gera riqueza social, ele é fundamental para a produção de riqueza nesse sistema e, portanto, ele precisa ser dividido igualmente, ele tem um papel fundamental na produção de riqueza para o sistema, não é só que é uma coisa que está nos atrasando, é uma coisa que tem um lugar central na produção de riqueza do sistema. Então, eles serão os primeiros caras aqui nesse contexto, nessa identificação é importante dizer que eles estão

produzindo uma discussão a partir do norte global, mas dentro desse socialismo são os primeiros caras que vão tentar, vão colocar esse trabalho, ainda pensado em termos de trabalho doméstico, como alguma coisa que é central na produção de riqueza para o capitalismo.

E aí isso vai morrer, ninguém mais vai pensar sobre isso, a gente vai ter toda uma tradição socialista no século XX, a partir do Engels, depois a Kollontai, a Clara Zetkin, o Bebel e todo mundo que vai tentar pensar de que maneira que as mulheres, porque as mulheres são oprimidas, como é que a luta das mulheres se relaciona com a luta da classe trabalhadora e isso não vai ser desenvolvida teoricamente nesse sentido. Sempre será uma perspectiva que acabará dizendo que, de alguma forma, a luta das mulheres é importante, mas ela não está integrada à luta da classe trabalhadora. Ela é importante porque sim, ela é importante porque as mulheres são oprimidas, isso é ruim, mas não tem uma explicação da lógica, do nexo, o que acontece ali. Então, isso, nesses autores, não parece de uma maneira importante e isso vai ser retomado depois por essas autoras que vão gerar uma tradição da reprodução social. A gente entende que esse trabalho de reprodução do força-trabalho é talvez o que ajuda a explicar esse nexo, essa lógica.

E aí a gente tem todo um debate nos anos 70, principalmente acontecendo no norte global, sobre a questão do trabalho doméstico, sobre porque existe essa opressão das mulheres no capitalismo. E aí a gente vai ter o movimento do salário para trabalhos domésticos, com a Silvia Federici, a Maria Adela Costa, enfim. Mas a gente vai ter, dentro dessa perspectiva do marxismo, da teoria da reprodução social, um importante esforço teórico que é o trabalho de Lise Vogel, que foi recentemente traduzido para português pelas minhas companheiras do grupo de estudos de teoria da reprodução social. Que se chama "O marxismo e a opressão das mulheres rumo a uma teoria unitária", que foi recentemente traduzida aí pela Expressão Popular, inclusive está vendendo lá na feirinha de livros. E a Lise Vogel, ela vai fazer um movimento importante que é deslocar esse debate, que era um debate sobre o trabalho doméstico, para um debate sobre trabalho reprodutivo, que é uma coisa mais ampla. Então, ela vai dizer assim, olha, a gente não tem que pensar em termos de trabalho doméstico, encerrado dentro da família, do lar, o trabalho doméstico das mulheres. Porque esse trabalho, ele acontece principalmente na família, mas ele acontece em outros espaços também. E isso é muito importante para as pessoas hoje, porque cada vez mais esse trabalho assume novas formas. Então, pensando no desenvolvimento do capitalismo neoliberal mais recente, a gente vai ter toda uma dinâmica de precarização do trabalho

assalariado. Então, quando essas mulheres, nos anos 70, estavam pensando em trabalho doméstico, elas estão pensando em trabalho doméstico não remunerado da dona de casa. Hoje a gente tem uma dinâmica de trabalho precarizada, além do emprego doméstico, que no Brasil é fundamental a gente pensar e que as mulheres não estavam pensando, a gente tem outras dinâmicas de trabalho por aplicativo, muitos trabalhos de reprodução da vida, de manutenção da classe trabalhadora, que são feitas por dinâmicas de aplicativo, inclusive trabalho doméstico de mulheres que são empregadas pelos aplicativos para fazerem esses serviços, trabalho de entrega de comida. Então, recentemente teve um *CEO* do *iFood* que falou que ninguém mais ia precisar cozinhar porque todo mundo ia pedir *iFood*. Mas alguém cozinha a comida que chega pelo *iFood*, enfim, eu acho. Eu espero, não sei se vai ser, mas esse trabalho ele é feito, mas cada vez mais ele é integrado, ele passa a ser feito dentro do mercado, porque o debate era esse, o trabalho doméstico o trabalho reprodutivo doméstico, o que acontece no seio da família, ele não passa pelo mercado, ele não é um trabalho que é assalariado, que é vendido. Isso é uma especificidade do entendimento dessas teorias da reprodução social. Então, por exemplo, a vertente do feminismo da reprodução social da Federici, a vertente que tem sido chamada, a gente pode chamar de autonomista, elas vão defender que esse trabalho, mesmo o trabalho doméstico, dentro da família, do lar, ele é produtivo, ele gera valor para o capital, ele é explorado, de alguma forma ele gera valor. E o que esses autores aqui estão dizendo é que, embora seja fundamental, ele não gera valor porque ele não passa pelo mercado, ele não é vendido. Então, quando você está fazendo a comida e aí você terminou de fazer, botou no prato e aí deu para o seu filho comer, esse trabalho é um trabalho, mas ele não passou pelo mercado, ele não foi vendido, ele não é trabalho explorado, ele não é produtivo diretamente, capitalistamente produtivo. Embora, sem isso, você dê comida para alguém, não seja possível que o valor, em última instância, seja produzido. Então, ele é fundamental, mas não diretamente produtivo.

Então, a Lise Vogel vai trazer essa ampliação. Ela também vai dizer dessa separação de esferas. O capitalismo faz esse movimento de separação o que é trabalho produtivo e colocar esse trabalho, principalmente, no espaço público. Então, a gente pode imaginar de uma maneira bem estereotipada o trabalho do trabalhador, da fábrica, é o trabalho que produz valor para o capital e ele acontece no espaço público. O trabalho de reprodução da vida e da força de trabalho, ele é desenvolvido principalmente dentro do lar, no espaço doméstico, e agora esse espaço se torna um espaço do privado. Então tem um movimento de colocar a família num lugar do privado e tirar da família, se a

gente pensar, por exemplo, numa família camponesa, estereótipo, sei lá, feudal, pré-capitalista, essa família camponesa feudal era uma família que era, ao mesmo tempo, o espaço de trabalho de produção, a família era uma unidade produtiva e também era uma unidade onde acontecia o trabalho de reprodução da vida. E, quando você tem essa separação de esferas, você tira da família esse papel de produção, unidade de produção. Então, tem essa separação, mas que a gente vê que, cada vez mais, com o desenvolvimento do capitalismo, é uma separação que vem mudando, já é uma forma histórica que vem mudando, eu acho.

E ela vai também trazer a questão de a reprodução biológica como um nexo importante para a gente entender a opressão às mulheres, e a gente pode... ela não discute isso, mas a gente pode expandir essa discussão para um entendimento mais amplo sobre controle de corpos que são capazes de gestar, de gerir, e de que maneira esses corpos são controlados, porque eles têm um papel fundamental de gerar novos trabalhadores, enfim. Eu não controlei meu tempo. Muito bem. Ah, sim, tem um outro ponto sobre o que a Lise Vogel propõe, que está no subtítulo do livro dela, que é uma ideia de a defesa de uma teoria unitária, talvez isso seja um ponto, outro ponto importante de diferença com relação a outras perspectivas que pensam estão essas questões, que é um entendimento de que a gente precisa compreender. Teoria unitária, eu acho que às vezes é um nome que dá a entender que só existe uma teoria e todas as outras são lixo, mas não é isso. É unitário em que sentido? É uma teoria totalizante, é uma teoria da totalidade, é uma teoria de um sistema unitário.

Então, qual é a discussão aqui? Como o que ela está discutindo? Com outras perspectivas que, nesse entendimento aqui, pensam em sistemas diferentes. Então, isso é uma polêmica que é teórica, mas que é política também. Aqui nesse evento a gente vê muitos momentos em que a gente vai falar sobre o patriarcado. O que é o patriarcado? O patriarcado é um sistema social que tem a característica da opressão, das mulheres, enfim. O racismo, o que é o racismo? Pode ser, pode ser definido como um sistema que oprime as pessoas racializadas de forma x. E o capitalismo, que por fim é um sistema econômico, talvez, não sei. E o que a Lise Vogel e as suas afiliadas vão defender é que, na verdade, a gente não está falando de três sistemas, nem quatro, mas a gente está falando de um, que é o sistema que a gente vive.

Então talvez analiticamente na nossa cabeça a gente pode pensar que são sistemas diferentes, mas o que acontece de fato é que existe o sistema social em que a gente vive hoje que é o capitalismo, mas isso não significa que a gente vive num sistema econômico, significa que a gente vive num sistema social de relações sociais

que é patriarcal, que é racista, que é heterossexista, então é uma proposta de entendimento unitário nesse sentido. Não são sistemas diferentes que se cruzam, nem que se conectam, muito menos que andam paralelamente, mas é um sistema só, e aí é uma disputa que a gente tem de entendimentos. E essa ideia de sistema único, unitário, enfim, teoria unitária, ela está muito ligada a uma perspectiva marxista da totalidade, do conjunto das relações sociais, que é uma perspectiva anti-economicista. Então, sempre que a gente está falando disso, a gente não está falando de capitalismo como sistema econômico, capitalismo como um sistema social que integra diferentes relações. Então, é contra determinadas perspectivas marxistas, que são mais mecanicistas, mais economicistas, aqui a gente está pensando numa ideia de uma totalidade contraditória. Então, contraditória porque essas relações sociais todas passam por esse sistema mediando, umas às outras, enfim. Então, esse é um primeiro, é um ponto importante que diferencia essa perspectiva da teoria da reprodução social nessa vertente marxista.

Estou dizendo isso porque a gente tem visto a ideia de reprodução social, feminismo da reprodução social, principalmente esses dois sentidos, num sentido marxista, afiliado a Marx da teoria do valor, e num sentido da vertente autonomista, que tem um outro entendimento, que eu posso falar mais depois se der tempo. Dentro dessa ideia de totalidade, de totalidade contraditória, a gente tem também um entendimento específico de como as relações sociais interagem ou articulam-se.

Isso é uma questão que a gente tem, talvez uma das grandes questões que diferentes perspectivas feministas vêm se colocar. Então, a gente tem toda uma tradição do feminismo negro das Américas, norte-americano, brasileiro, latino-americano, que em algum momento vai ser nomeado a partir da noção de interseccionalidade que é uma tentativa de descrever a forma como essas relações diferentes se articulam.

Um outro entendimento é do feminismo materialista francófono, que vai ter uma outra proposta teórica, uma outra proposta de articulação, que é crítica à interseccionalidade em alguns aspectos. E uma outra proposta é a proposta da teoria da reprodução social, que vai trazer um conceito menos pop do Marx, que é o conceito de mediação. O Marx tem um conceito de mediação que serve para explicar isso. E aí quem vai recuperar esse conceito é uma autora canadense, Bengala, indiana, chamada Himani Bannerji. Banerji, tipo aquele banco que tinha no passado. Não sei se vocês são jovens. Não sei. Bannerji, mas aí é B-ANNERJI. A Bannerji é essa autora que vai

recuperar esse conceito de mediação de Marx para tentar dizer como as coisas se relacionam.

E aí ela tem uma citação que eu acho interessante, que ela vai dizer assim, ó. A gente tenta descrever, é muito difícil descrever como as relações existem, como que elas se interseccionam, elas são consumidas. É difícil descrever isso, não é fácil. Porém, quando a gente pensa como a gente experimenta essas relações, a gente as experimenta como uma coisa só. A nossa experiência é uma experiência única. É uma experiência única e contraditória, e perpassada por mil coisas, mas é uma mobilização dessa ideia de mediação e da própria ideia de dialética. As relações são contraditórias, mas elas são uma unidade, um concreto contraditório. Então, ela diz assim, se é vívido, se a gente vive as relações dessa forma, então como pode ser pensado e como podemos superar nossas limitações conceituais. Não é uma questão de simplesmente responder a um desafio teórico, mas também é uma questão política. É uma peça básica do quebra-cabeças para a formação da democracia social. Então, assim, por que é importante que as pessoas tomem uma decisão sobre como essas relações se relacionam? Porque isso também aponta para estratégias políticas diferentes, como que os movimentos diferentes se relacionam, é porque é um imperativo moral você ser contra as opressões ou porque essas relações elas internamente têm alguma coisa entre si. Então são questões que politicamente também são relevantes.

Então, ela vai propor trazer isso entendendo que as relações de gênero, raça, classe, na verdade, elas mediam, medeiam umas às outras, elas constituem umas às outras. Então, elas são relações e aí, infelizmente, o português fica assim, co-constituintes. Então, são relações que são importantes, que se determinam. Uma coisa produz a outra continuamente. Elas passam através de umas das outras, se mediando o tempo todo. Então, ela vai dizer que não é exatamente como avenidas que se cruzam, mas como coisas que são ingredientes umas das outras mesmas. E aí talvez seja difícil de visualizar, mas é fácil de sentir o que ela está propondo um pouco. Vou tentar me encaminhar para o final. Então, diante disso, a gente tem essa compreensão aí, também uma centralidade do trabalho, e aqui o trabalho em sentido ampliado, como eu falei, a ideia de reprodução social, ela vem para trazer um pouco isso.

Obviamente, para o Marx, a ideia de trabalho é central, o trabalho é uma questão central para a gente o capitalismo e para resistir a ele, mas o que elas estão dizendo aqui é que esse trabalho não é trabalho produtivo. É trabalho em sentido muito amplo, trabalho no sentido de atividade humana sensível, gastar músculo, gastar energia e aí a partir disso a gente consegue pensar muitas coisas. Por exemplo, essa autora que

citei, a Suzan Ferguson, ela tem um trabalho muito interessante que vai pensar o trabalho das crianças.

Então, não o trabalho das crianças no sentido do trabalho infantil, mas no sentido de atividade sensível, prática das crianças, o que inclui brincar. Então, as crianças brincam e isso empregam energia, pensamento, elas agem, elas interagem, elas intervêm no mundo. E esse trabalho da brincadeira é potencialmente um trabalho que pode ser usado, pode ser conformado, vamos assim, aos interesses do sistema, mas também é um trabalho que pode...que desafia essa separação que a gente tem entre trabalho e lazer, porque a criança está muito investida nessa atividade, mas ela também... aquela atividade não serve para nada, ela tem o fim último de ser legal. Então, dá para a gente pensar muitas coisas a partir dessa noção ampliada de trabalho. Então para fechar então só a gente essas são as linhas gerais algumas questões a gente tem relações com outras vertentes do feminismo, que acho que eu mencionei algumas, mas a gente pode falar um pouco mais. Mas acho que, por fim, é importante dizer que essa teoria, a gente não pode ignorar que ela é desenvolvida a partir do norte global, mas que ela parece interessante para muitos de nós no sul global e a gente tem um esforço de tentar desenvolver essa teoria a partir do sul global, em diálogo principalmente com uma intelectualidade negra marxista, então a gente tem feito alguns trabalhos nesse sentido, em diálogo com a teoria marxista da dependência para pensar de que maneira que esse sistema também envolve essas relações desiguais da periferia do capitalismo.

E aí uma menção honrosa ao grupo que eu construo, que é o Grupo de Estudos da Teoria da Reprodução Social, que temos aqui algumas representantes, que vieram aqui dar apoio moral, que estão desenvolvendo várias pesquisas nesse sentido de a gente pensar, da gente desenvolver essa teoria que a gente acredita que é interessante, que é importante, mas que está em construção, que falta coisas e principalmente falta essa perspectiva do sul global que a gente está tentando construir. É isso, desculpe qualquer coisa.

Adriana Rio: Bom, todos me ouvem? Bom dia a todas, acho que somos a maioria. Queria saudar esse auditório lotado. A gente fica muito mobilizadas de ver o interesse no debate de "Feminismos materialistas contra o fim do mundo". E eu estou com essa tarefa muito desafiadora de promover um debate a partir das contribuições muito instigantes das companheiras aqui da mesa. Então, eu queria agradecer muito o convite da organização e, especialmente, agradecer e saudar minhas companheiras do

Movimento de Mulheres Olga Benário, que estão aqui. E me enchem de entusiasmo revolucionário para pensar um feminismo materialista contra o fim do mundo, numa perspectiva bem concreta, como as companheiras salientaram, trazendo muito da teoria para alimentar nossas práticas, a nossa práxis revolucionária.

Então, eu vou, como... tivemos duas companheiras que não puderam estar e daí também estou nessa tarefa de além de promover o debate, aproveitar esse lugar de fala e de posicionamento político. Vou me inspirar aqui principalmente na companheira que se posicionou politicamente, trouxe um pouco da autobiografia, que eu acho que é importante, que nos localiza e também nos conecta nessa dinâmica coletiva.

Eu sou professora, atualmente eu sou professora aqui na UFSC, na Pedagogia, que é o Centro de Estudos da Educação, sou professora colaboradora, e nos últimos 20 anos eu venho trabalhando com formação de professoras da educação básica, especialmente professoras de creche. Eu trabalho na frente diretamente de uma das dinâmicas da reprodução social, que é a educação e o cuidado das crianças bem pequenas, inclusive tive a tarefa também política de estar coordenando o simpósio temático Creche e Feminismo, que também é uma conquista nossa da área da educação infantil, de se situar nessa discussão do mundo do trabalho, de entender que a educação e o cuidado é fundamentalmente um trabalho de reprodução da vida. Então, aqui tem algumas companheiras, professoras universitárias que estão na plenária também nessa luta da gente politizar e qualificar cada vez mais o trabalho da reprodução social, da reprodução da vida.

Então, eu estou bastante emocionada, porque sou professora, sou pesquisadora e sou palhaça. E ontem à noite eu apresentei meu espetáculo, algumas pessoas viram, que chama Conta Catarina, que narra um pouco do meu percurso de professora que pesquisa a educação das infâncias, a pedagogia da maravilha, todas essas coisas lindas que as crianças nos presenteiam como nostalgia de futuro, pois as crianças sempre nos trazem a possibilidade do novo. Só que... nós temos a responsabilidade de garantir as condições materiais para esse novo florescer, então, ontem eu apresentei, porque eu fui fazer uma parte do meu doutorado sobre a questão da infância na ditadura militar, inclusive Amelinha Telles, que era para estar aqui, mas acabou se perdendo e foi para outra mesa da Palestina. Ela falou que era muita coisa. Manda um beijo para todo mundo. Ela estava no nosso simpósio. É uma referência para nós, porque é uma militante histórica que vai fazer 80 anos e que está junto com a gente na luta por creche, como uma luta da sociedade, mas, sobretudo, uma conquista do movimento feminista. Então, pra gente é sempre um debate político, estarmos trazendo essas

questões, principalmente na área da educação, que há uma disputa muito grande sempre, ideologicamente, de militarização das escolas, de tudo.

Mas desvios a partes, uma parte, eu tenho muitos desvios. Eu peço já paciência de todos, porque eu acabei desviando muito. Eu escrevo muito e eu perco muito também. Faz parte. Mas o que eu queria trazer hoje como representante, com essa honra de ser representante do movimento de mulheres Olga Benário, saudando o Fazendo Gênero, que é esse grande seminário que faz esse movimento constante de articular a pesquisa, o ensino, a pesquisa e a extensão a partir da articulação com os movimentos sociais, ocupar uma universidade com os movimentos sociais é fundamental. Então, esse é um dos grandes eventos que temos, que tem essa articulação muito presente, da presença de movimentos sociais.

E aí eu queria trazer um pouco, assim, dessa provocação ou dessa bela fala que a Jules trouxe ao trazer a sua história, que eu sou de uma família comunista. Depois, cheguei na universidade e encontrei uma professora que era comunista, feminista, e ela dizia assim, toda criança tem o direito de ficar longe da mãe, para as mães namorarem, para a mãe fazer outras coisas. Então, essa professora, que foi minha orientadora, Ana Lúcia Goulart de Faria, que me apresentou a Jules Falquet, falou, você tem que conhecer essa mulher, essa mulher é foda. E aí, a partir do encontro com a Jules Falquet, que a gente começou a se aproximar da questão do trabalho, saindo um pouco da discussão pedagógica, da discussão da educação e vindo mais para essa discussão do trabalho.

Então, eu venho dessa família e passei os últimos 20 anos na Universidade. Mas venho de uma família operária que se conheceu na fábrica. Meu pai e minha mãe foram do Partido Comunista e eles foram clandestinos na ditadura. Eu nasci em 1975, vou fazer 50 anos, no ano internacional da mulher. Mas, durante todos esses anos, fui para a universidade, militei no movimento estudantil, eu fui coordenadora do DCE da Unicamp, que era um DCE no início dos anos 2000, que só tinha coordenadora mulher, mas não me organizei politicamente em nenhum partido. E militei muito autônoma, até que meu filho – eu tenho um filho que tem 20 anos – chegou em casa e disse para mim, porque eu pesquiso a questão da violência contra a mulher, porque eu fui para a Itália estudar as questões da infância e estando lá um dia, eu assisti pela televisão a reportagem que narrava o crime de um pai que jogou os dois filhos pela janela e tentou matar a mãe - companheira na sequência. Isso no norte da Itália, em 2012. Quando eu vi isso, pensei que há anos a gente estuda a pedagogia da infância e da maravilha e a gente não fala das mulheres e dos órfãos do feminicídio. Em 2012, a gente não falava:

feminicídio. A primeira vez que ouvi esse termo, ouvi na Itália, a partir do movimento do feminismo transnacional, da luta das mulheres mexicanas, sobretudo ali na fronteira da cidade de Juarez.

A primeira vez que ouvi o feminicídio, eu estava na Itália, estudando a pedagogia da infância, da maravilha, e esse pai que jogou os filhos pela janela. Então, quando eu voltei para o Brasil, eu comecei a pesquisar a questão da violência contra as mulheres e trouxe isso para a discussão da educação infantil, até que esse meu filho foi para a universidade, chegou em casa e falou, olha, mãe, não basta denunciar. Aí eu falei, é, o que a gente faz, filho? Você tem que conhecer o movimento das mulheres Olga Benário. Aí eu falei, ah, é? O que elas fazem? Elas fazem ocupações só de mulheres. Eu falei, como assim só de mulheres? É tipo das mulheres guerreiras amazonas, assim? Pensei já naquele mito, de um lugar só de mulher. Embora boa parte das ocupações sejam, mesmo as ocupações que não são do Movimento de Mulheres Olga Benário, que são casas de acolhimento e referência para as mulheres vítimas de violência, mesmo que outras ocupações ligadas à Unidade Popular que o Movimento de Mulheres Olga Bernário faz parte, também são, na grande maioria, compostas de mulheres, porque são as mulheres que estão à frente da reprodução da vida. E aí, esse meu filho chegou com este convite, para eu conhecer o Movimento de Mulheres Olga Benário e, desde então, eu passei a estar como uma professora, pesquisadora, palhaça, organizada junto ao Movimento de Mulheres, que é uma história que minha mãe era do Movimento de Mulheres na Periferia de São Paulo. Trabalhava ali com as mulheres do bairro, na luta pela creche, na entrega do leite, todo esse processo de reprodução da vida que acontece nas grandes periferias, em todos os lugares, nessas comunidades que resistem à barbárie capitalista.

Então, só para trazer um pouco desse relato um pouco emocionado, autobiográfico, porque daí eu vou me empolgando e vou crescendo. Daqui a pouco eu começo a fazer performance, gente. Desculpa, não resisto. Que é essa energia revolucionária da juventude que está nas trincheiras de luta e da resistência, que daí é a grande questão que eu queria trazer para o debate, para mobilizar também vocês da plateia, estão todo o mundo aí? Que vocês também estejam mobilizadas para participar do debate. Na sequência, a gente vai abrir para as questões. Que daí vocês também trazem as experiências de vocês, de onde vocês vêm.

Porque, para mim, a partir do que ouvi da Jules e do que ouvi da Bárbara, uma questão que fica muito forte especialmente dessa discussão teórica, que eu acho que é fundamental para a gente compreender os feminismos materialistas, com as suas

convergências e divergências, como uma práxis, digamos, revolucionária, porque é anticapitalista, é antifascista, é anticolonialista e quer outro mundo, porque esse aqui está acabando, não está? Eu acho que o Fazendo Gênero é bastante incisivo na provocação que nos coloca de pensar feminismos contra o fim do mundo. E aí a questão que ficou pra gente é: que outro mundo queremos? Que mundo estamos construindo para nós e para as novas gerações? Eu, especialmente neste semestre, sou professora de uma disciplina que é Organização do trabalho pedagógico com bebês. Alguém aqui teve alguma experiência, assim, de trabalho coletivo com bebês? A maioria não, pois infelizmente não tem acesso porque a demanda de creches não é atendida pela política pública.

E os cursos de pedagogia que formam professores para essa primeira etapa da educação básica, em geral, ignoram também essa especificidade. Mas esse lugar é um espaço, um tempo de produção de novas sociabilidades, de novas formas de vida. E aí, a questão é, que vida queremos? O que queremos para essas novas gerações e para nós? E aí, ouvindo as companheiras, fiquei pensando muito, e aí vou colocar a partir do que nós, do Movimento de Mulheres Olga Benário, construímos assim, do ponto de vista de entender o horror que vivemos e o que fazemos com isso.

E até a fala das companheiras falando do complexo militar, bélico, que daí a pergunta que eu vou deixar para a Jules já é se: "A gente pode entender esse conceito também como o fascismo?", que daí eu faço também um desvio dizendo que nós, do Movimento de Mulheres Olga Benário, também se posicionamos politicamente como feministas marxistas. E também com base teórica e prática da nossa prática revolucionária a partir dos socialistas. Atualmente, a gente recuperou um texto de Clara Zetkin, que saiu no nosso caderno de formação "A Revolução e Emancipação da Mulher", que é um texto do início do século passado, que ela fala do fascismo e ela fala do terror branco. E aí eu fico me perguntando como que a gente tem nomeado esses velhos fantasmas do passado que estão no presente, por que o sistema está cada vez mais perverso, não? E aí essa crise do capitalismo e o acirramento das violências contra as mulheres, especialmente a Jules trouxe a questão das mulheres negras e das meninas. A gente está vivendo todo esse processo de resistência ao PL do estupro - 1904, pela descriminalização do aborto, recentemente fizemos um curso nacional do Movimento de Mulheres Olga Benário, que foi criado em 2011 a partir de um encontro de mulheres latino-americanas na Venezuela. Desde então, desde 2011, a gente está em 23 estados. Confere companheira? 23 estados, já realizamos mais de 20 ocupações. A nossa

ocupação aqui de Florianópolis, chamada Antonieta de Barros, foi reintegrada e a gente foi despejada, mas ela mantém a chama acesa para a gente retomar essa ocupação.

Porque uma das questões que a gente fica desse complexo militar que a Jules trouxe, que as conferências de abertura trouxeram dessa crise estrutural do capitalismo e do aumento da violência bélica nos territórios para atacar os corpos das mulheres, diretamente nos locais, nos territórios, a gente vive isso. Aqui em Florianópolis, nós tivemos uma professora de creche que foi morta pelo seu companheiro, um policial militar, ela foi assassinada a 100 metros da creche. Alessandra Abdala foi uma professora morta por feminicídio aqui em Florianópolis. No dia 24 de novembro, lembrando que dia 25 a gente tem a nossa jornada de luta perante as violências contra as mulheres, em homenagem às Irmãs Mirabal. E este policial matou essa professora na porta da creche. Então, assim, todos os dias as mulheres estão sendo mortas, as meninas. Na discussão do PL do aborto, do estupro, a gente levantou os dados para o curso dos direitos reprodutivos que o Olga deu nacionalmente e mais de 1.700 meninas morreram por terem que continuar com uma gravidez indesejada. Então, no Brasil, em 2023, foram 1.467 feminicídios, se eu não me engano, porque eu me perco com os números certos às vezes, mas são esses números estarrecedores que, junto com essas vítimas, crianças, meninas, de aborto ou de gravidez indesejada, são mais de 3 mil mulheres que são exterminadas todos os anos.

Então, a pergunta que eu deixo aqui para nós e para as companheiras é: "Como estamos organizando a nossa resistência?". Porque eu fico pensando no caso dessa professora que foi assassinada aqui, por feminicídio no dia 24. No dia seguinte, o sindicato, que é o Sintrasem, nosso sindicato da categoria aqui, puxou um ato na frente do batalhão onde o assassino foi preso e depois voltamos ao trabalho. E estamos lá, todos os dias, na reprodução. Eu perguntei, porque não tenho resposta direta, mas queria também ouvir as companheiras. Em que momento paralisaremos a reprodução? Se é possível a gente pensar nisso? Como paralisar esse sistema e transformar esse sistema? No caso do nosso movimento, junto com a Unidade Popular, a nossa proposta é pelo socialismo. Como uma perspectiva de futuro, de como é que a gente transforma esse mundo e pensa um outro mundo. Aí a pergunta que eu deixo e que gostaria de ouvir das companheiras é nesta direção.

Especialmente a Jules, que traz essa experiência de feminismo internacionalista, transnacional, de como que se entende essa questão do fascismo e da crise do capitalismo. E dessas dinâmicas, especialmente dessas dinâmicas do horror que você trouxe, de como essas estratégias agem nos territórios, mas também agem nas

questões cotidianas que a gente vive, o aumento do feminicídio e aumento dessa barbárie como o PL do estupro aqui no Brasil e em outras regiões da América Latina. E no caso da Bárbara, quando ela fala dessa dimensão unitária, que você trouxe no final da sua fala, que é... deixa eu achar aqui. Olha, eu fiz tantas anotações e eu peço até que eu também estou gravando aqui, em homenagem especialmente às companheiras do SOS Corpo. A Verônica não pode chegar, mas são grandes, mas são grandes inspirações para nós. Como é seu nome mesmo? A Mércia está aqui, companheira do SOS Corpo. As companheiras do SOS Corpo são referências para nós, especialmente pela divulgação. Elas têm uma grande biblioteca virtual, mas eu aprendi com elas há muitos anos que publicar é um ato político. E daí a gente está aqui gravando esta Mesa, temos companheiras das revistas aqui, pois iremos publicar em breve.

Mas eu queria que a Bárbara comentasse um pouco mais sobre essa dimensão ampla, unitária da teoria, para pensar como construímos resistências ao capitalismo e à exploração e à opressão das mulheres, considerando o que você trouxe da teoria da reprodução social, nessa dimensão também que a Jules fala de como eles se apropriam dos nossos corpos. Então a questão da reprodução até as discussões da natalidade, do direito reprodutivo, da justiça reprodutiva, como é que a gente poderia visualizar um processo de resistência de paralisação, greve total? Como é que a gente pararia as creches, as escolas, tudo? Então, eu acho que falta pra gente, às vezes, a radicalidade, não é? Da ação, não falta, gente?

Eu estou muito imbuída da juventude agora, só ando com a juventude, que eu vou fazer 50 anos. Você também (Bárbara), é por isso que ela dá aula para os jovens também. Não é? E aí, a gente tá se nutrindo. Essa juventude que tem que ter brilho nos olhos, tem que ter raiva revolucionária desse sistema de merda que nos oprime, nos explora.

Mas, assim, cabe a nós e o que a gente faz? Então, fica essa pergunta pra todos. E eu acho que é isso. Muito obrigada e seguimos juntas aí.

Gente, queria só pra complementar, assim, dentro da coerência, assim, de método, também, ó, tô aqui na agitação e propaganda, eu vou deixar aqui o nosso jornal, que a gente também tem um jornal, o Jornal A Verdade, que na sua última edição fala da França e das resistências da classe trabalhadora, ó, eu vou deixar isso aqui.

Que ficamos animadas com as notícias francesas, apesar de, mas tem jornal, as companheiras tem jornal, se vocês quiserem conhecer o nosso jornal. Aqui também tem material nosso, que a gente faz os trabalhos também nas casas de acolhimento

das mulheres. Então, quem quiser saber mais sobre o Movimento de Mulheres Olga Benário, pode também encontrar os panfletos e contribuir com o nosso movimento. Obrigada.

BLOCO 1 - respostas após intervenções da plateia:

Jules Falquet: Acho que ao tempo que pensamos na maternidade e no aborto, temos que pensar nas esterilizações forçadas e na temática do eugenismo. Porque, insisto, temos que pensar simultaneamente a raça e a classe ao mesmo tempo que o sexo.

Um parêntesis: eu falo "sexo" porque eu falo de "relações sociais (e culturais) de sexo", que é o nome completo do "gênero", mas que muitas vezes quando solo falamos "gênero", esquecemos o estrutural, esquecemos que é dialético e esquecemos o motivo da existência das relações sociais estruturais tanto de sexo, como de classe como de raça. Esso motivo, é a disputa pelo usufruto do trabalho dos grupos criados como Outros, como diferentes. Além disso, acho que existem três relações sociais estruturais centrais, no contexto contemporâneo: de sexo, de raça, de classe. E pessoalmente, falo de "imbricação" das "relações sociais", e não de sistema. Acho a perspectiva das relações sociais mais clara do que a perspectiva dos sistemas. Por isso não brigo para saber se é um sistema unitário, o dual, o se um sistema engloba o outro (o sistema capitalista que engloba o sistema patriarcal, o ao invés) —como se fez nos anos 1980. Estou entendendo a discussão que Barbara traz como a nova publicação do antigo trabalho de Lise Vogel. Mas, eu acho ainda mais simples entender a partir da imbricação de relações sociais estruturais, colocando todas essas relações num mesmo nível, não? Não acredito que capitalismo engloba tudo (sejam todos os sistemas o seja todas as relações sociais), senão que acredito que as relações sociais de sexo, de raça, e de classe, estão funcionando no mesmo nível. Isso, é o que falaram certos grupos de feministas negras de E.U.A., como o Combahee River Collective nos anos 1970. E para mim o trabalho delas é fundamental, eu acho que em princípio, em um primeiro momento, é teoricamente mais produtivo, pensar que todas as relações sociais (de classe, de raza, de sexo) estão ao mesmo nível de importância. Inclusive, o capitalismo nem sempre existiu. Nem talvez, vai existir sempre. E antes do capitalismo, o racismo em diferentes formas existia e a opressão das mulheres, a apropriação das mulheres também existia, muito antes do capitalismo —e também, o racismo como a apropriação heterosexista das mulheres existiram em lógicas "socialistas".

Quero dize com isso, que considero, teoricamente, que sexo, raça, classe, estão no mesmo nível e isso, eu chamo imbricação das relações sociais de poder. Tenho um livro em espanhol sobre esse tema, baseado nas experiências latino-americanas e caribenhas de Abya Yala e também de activistas afro dos E.U. A (o Combahee River Collective).

Mas isso tem a ver também, para voltar a abordar a temática, tanto como a reprodução social como com a produção, de mão de obra (de bebês). O tema do livro que estou tentando terminar agora, é uma proposta que já comecei a trabalhar: a da "combinatória straight"[5]. A "combinatória straight" (no sentido que Wittig da para "straight", quer dizer que tem a ver com a ideologia naturalista segundo a qual apenas existem dois sexos, uma lógica que eu amplio para com a naturalização da raça) é uma proposta para compreender não apenas a produção de crianças, mais quais crianças vão entrar em um trabalho capitalista e outras não. Trabalha a filiação (a quem pertencem as crianças) assim como a aliança matrimonial (quem se pode casar com quem). Permite analisar como o tipo de aliança matrimoniais que são permitidas em diferentes épocas e lugares dependendo da classe, da raça e do sexo produzem diferentes lógicas de filiação e de produção de crianças: algumas para morrerem imediatamente, outras para serem exploradas nas minas, nas fábricas, no campo, para serem vendidas etc. E outras para produzir novas crianças, mais reconhecidas, por exemplo, para produzir a raça branca ou a burguesia.

Estou desenvolvendo essa ferramenta da "combinatória straight", para pensar tudo isso também como uma contribuição à teoria de reprodução social. E uma contribuição que tem a ver com um ponto de vista lésbico. Como lésbica, acho importante desnaturalizar essas questões todas, de como as pessoas se unem para produzir filhos de filhas. E também essa desnaturalização é uma desnaturalização de raça, de um processo de criação histórico de raça (e da classe).

E também gostaria de agradecer obviamente ao SOS Corpo, de Recife, porque é um grupo super importante que foi um dos primeiros que conheci em 1998. Quando vi pesquisar sobre as mulheres, sobre as camponesas, me deparei com o importante que era esse grupo. SOS Corpo também traduziu e publicou textos das materialistas francófonas[6].

---

[5] Falquet, Jules, 2019, « A combinatória straight. Raça, classe, sexo e economia política: análises materialistas e decoloniais », *Crítica Marxista*, n°48, pp 127-145 https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19069/13570

[6] Coletivo, 2014, *O patriarcado desvendado, Teorías de três feministas materialistas*. SOS Corpo. https://soscorpo.org/?p=4366

A última coisa, é dizer que agora um dos últimos textos que escrevi, fiz um esforço de escrever em inglês. Detesto inglês, mas pensei, ao menos para todas as pessoas anglófonas que não falam nenhum outro idioma, não dizerem que não sabem, fiz um esforço. E também pensei que muitas pessoas aqui no Brasil aprendem inglês, e também no México, e assim podem ler.[7] Este texto tenta explicar como as perspectivas materialistas francófonas podem se unir às perspectivas, do Coletivo do Rio Combahee e das feministas e das lésbicas negras do continente, tanto do norte como por exemplo da Leila González, e com as perspectivas decoloniais também, para pensar precisamente esse tema da reprodução social, da produção da vida e das crianças / mão de obra, para propor uma visão global que também não esqueça o tema de heterossexualidade.

Bárbara Araújo: Eu queria falar uma coisa dialogando com a Jules no geral da mesa, a gente acabou, os deuses quiseram que a gente tivesse um pouco duas posições assim, mas eu queria ressaltar, que a gente não se coloca numa posição de antagonismo como de construção inclusive é fazer uma autopropaganda do nosso trabalho meu e da Maíra Kubik que tá aqui na frente, a gente fez um artigo que saiu o ano passado na Estudos feministas, que era "Feminismos ante capitalistas" a gente chamou de feminismos anticapitalistas que aqui tá como feminismo materialistas mas a gente chamou de feminismo anticapitalistas no sentido tentar fazer um diálogo dessa perspectiva da teoria da reprodução social com a perspectiva do feminismo materialista francófono pontuando as coisas em que ele se diferenciam mas mostrando em que sentido eles também se aproximam, principalmente na luta contra o capitalismo, contra o neoliberalismo, contra as chamadas opressão. Então a gente tentou fazer esse discurso que eu acho que é o que a gente tá tentando fazer aqui também apesar de ser importante. E aí a gente desdobrou isso no Simpósio temático que vai ter amanhã e sexta (propaganda importante) que é "Os Feminismos anticapitalistas" que a gente vai tentar discutir um pouco mais.

Eu queria mencionar uma coisa, eu não vou conseguir responder tudo, queria agradecer as perguntas, mas queria mencionar uma coisa que acho que é importante, que a fala da Jules me trouxe e a fala da Adriana me trouxe, eu acho que é muito importante para a gente aqui, situar um pouco na realidade as questões que estão

[7] Falquet, Jules, 2024, "Francophone Materialist Feminism, the missing link. Towards a Marxist-feminism that accounts for the interlockedness of structural social relations of sex, race and class", *Capital & Class*, Special issue on Marxist Feminism, https://doi.org/10.1177/03098168241234090

atravessando a nossa conjuntura nossas preocupações. Quando a gente está falando de violência de guerra, de violência bélica do complexo militar industrial e de como isso acontece na periferia do capitalismo eu acho que tem um dado importante sobre a realidade do Rio de Janeiro que ajuda a concretizar um pouco essas coisas que a gente tá falando.

A gente tem, e todo mundo sabe que o Rio de Janeiro é um lugar permeado conhecido pela sua violência policial de estado racista nas preferias, nas favelas contra pessoas especificamente racializadas como negros, contra a juventude negra. E isso tem uma relação direta com o complexo bélico industrial militar do Estado de Israel. Então a gente tem uma tradição de treinamento da Polícia Militar do Rio de Janeiro da polícia pelo exército israelense a gente tem uma relação direta dos armamentos que estão nesses territórios que tem essa origem a forma como a estrutura acontecem contra o povo palestino e a forma como as torturas acontecem nas favelas do Rio de Janeiro, ela é a mesma forma, porque ela foi ensinada por programas institucionais de formação de agentes da repressão. Então as armas que circulam nesse território são armas que vem por um lado do Estado de Israel pela polícia por outro lado as armas que estão no tráfico vem de outros processos de guerra de outros períodos então a gente. As balas que estão circulando, os armamentos metralhadora Ak47 não sei o que, também estão circulando também vem desses processos, então tem uma relação muito mais direta entre esses processos que às vezes parecem distantes, do que a gente imagina. Então, esse conflito, que as vezes pensa, e acho que isso responde uma das perguntas que apareceu aqui "Que base a gente pensa a nossa luta coletiva construção de um outro mundo?" E aí talvez eu tenha me expressado mal, quando eu disse assim vai criar um movimento coletivo diferente porque a gente, por uma questão moral, mas moral no sentido assim, poxa que chato coitado, o pessoal morrendo lá, eu fico mal com isso, eu fico triste quando eu vejo o vídeo da criança que perdeu os pais, que foi amputada. Isso é importante claro os nossos sentimentos, mas as coisas elas estão estruturalmente organicamente ligadas, muito mais diretamente ligadas, do que a gente mesmo imagina. Então a mesma coisa que faz com que a gente tenha uma quantidade gigante de dias sem aula nas comunidades do Rio de Janeiro, porque tá tendo conflito, tem uma relação direta com esse conflito que tá acontecendo que parece que é longe da gente, mas ela tem uma relação é muito importante que a gente não pode esquecer, de formação que é do mesmo lugar que vem a repressão e é uma violência racista contra povos diferentes racializados, de forma diferente mas é uma violência racista e uma violência que está dentro de um sistema capitalista global de

uma forma muito integrada. Acho que isso é importante lembrar. Não tenho nenhuma condição de responder tudo, mas queria falar isso que eu acho que é importante. Acho que vale falar uma coisa sobre a questão da Maria Rita da coisa do trabalho produtivo e tal, porque acho que isso é uma coisa que às vezes fica confuso quando a gente fala que o trabalho de reprodução ele não é um trabalho capitalistamente produtivo. A gente não tá desvalorizando esse trabalho, a interpretação que a gente tem é de que não é necessário classificar esse trabalho como produtivo diretamente para dizer que ele é essencial para o sistema, ele é essencial sem ele não existe produção de valor no capitalismo, porém a gente entende que justamente porque ele não produz valor ele o fato dele ter sido colocado de uma forma fora da lógica de mercado faz parte do processo que o capitalismo fez o capitalismo ele transformou essas relações a gente entende que as opressões as relações de gênero as relações patriarcais, por assim dizer, elas existem no sistema capitalista mas elas são transformadas pelo capitalismo historicamente, o capitalismo vem as relações capitalistas transformam essas relações. Então a gente entende que essa transformação justamente vem de retirar esse trabalho de um lugar da produção e colocar ele escondido de certa forma, isso é a gente entende que isso é uma operação que a gente precisa perceber por que essa é uma safadeza do que o capitalismo fez escondeu esse trabalho ele colocou no lugar ali que a gente não enxerga dentro do domínio do privado fora do mercado para a gente achar que ele não é nada. E aí funcionou também que o Marx mesmo não viu, ele falou assim ah o cara recebe o salário ele vai no mercado e aí ele resolve as necessidades dele de consumo individual, mas só que quem foi que fritou teu ovo Marx? Alguém. Ele não viu escondeu muito bem o negócio fora do mercado porque ele estava olhando pro trabalho produtivo não estava olhando para todos as relações a gente tá dizendo que precisa olhar.

O que mais não sei responder sobre a economia feminista, tem aqui uma colega que é a Jessica que vai poder depois responder, vocês vão poder depois procurar ela, ela sabe sobre tudo de economia feminista e pode responder essa pergunta para vocês.

Última coisa, aqui no meu último tempo, desculpa gente eu não conseguir responder, realmente a gente teve muitas questões e a gente não vai conseguir. Mas acho que vale falar da reprodução biológica e eu acho que isso tem um diálogo importante com o feminismo negro, com a produção do femismo negro, com o movimento de mulheres negras, principalmente na realidade brasileira. A Jules mencionou aqui, a questão das esterilizações forçadas. As vezes quando a gente discute aborto, quando a gente discute direitos reprodutivos, a gente pensa muito no direito de

não ter crianças, de não gerar um feto, sei lá oque, que é importante, mas as vezes, a gente esquece outras dimensões e eu acho que a teoria da dimensão social ajuda a gente pensar isso. As mulheres eles têm pensado em ampliar o debate para falar de justiça reprodutiva, também nesse sentido para falar assim ó, quando a gente está falando de direito ao corpo, ao aborto, a capacidade de ter filhos a gente também tá dizendo de todas as outras coisas que estão envolvidas nesse processo que envolve por exemplo, você poder ter um filho que não vai ser assassinado porque a polícia vai atirar na frente da escola dele, na favela então tem uma série de outras condições para que a vida aconteça com dignidade e tudo mais que às vezes a gente perde a gente não discute. Então temos que ampliar um pouco esse debate que para além de uma coisa do direito de autodeterminação ao corpo individual da mulher. As condições gerais para que a gente possa ter gerações que se desenvolvam com tranquilidade com a plenitude da sua potencialidade. Já passei do tempo, desculpa, não respondi.

Adriana Rio: Olha gente agora nós temos sete pessoas inscritas eu vou falar todas vocês vão preparando tá então é a Luiza, Teresa, Jennifer, Flávia, a Bárbara, Maru e a Carol. Aí eu sugiro que vocês falam rapidamente a pergunta e a gente passe de novo e elas fazem as considerações finais respondendo porque já é onze e meia, pode ser gente? Toda de acordo? Luiza e preparar depois da Luísa a Tereza.

Luiza: Bom dia gente, sou a Luiza, sou lá de São Paulo Federal do ABC, faço mestrado em Ciências Humanas e Sociais e estou envolvida no movimento Olga Benário todo meu interesse de pesquisa é motivado por essa prática cotidiana do enfrentamento a violência.

BLOCO 2

Jules Falquet: Primeiro, não são as cidades nem os estados que matam, são os homens, concretamente. Homens armados, muitas vezes militares, policiais, e muitas vezes usam as próprias armas profissionais.

Também dizer que o Papa, o Estado do Vaticano participa da ONU, participa das conferências mundiais sobre a população. Por exemplo, na Conferência do Cairo, em 1994, foi o Vaticano que organizou a aliança das três religiões monoteístas em contra os direitos reprodutivos das mulheres. E a outra coisa que eu queria dizer é que a igreja católica e o cristianismo em geral têm muito a ver com a história colonial, com a história

dos pensionatos indígenas, da retirada das crianças indígenas, especialmente, que é uma forma de genocídio muito grave. O sistema dos pensionatos tem muito a ver, tanto no caso das crianças indígenas, como naquele das crianças em geral, meninas e meninos, com prática de estupro infantil, que traz consequências gigantes —isso faz parte do trabalho do meu próximo livro, tentando entender a relação, o que eu chamo de "combinatória straight", entre o jeito como a igreja promove e esconde o estupro que eles próprios praticam com crianças de ambos os sexos, e a criação de hierarquia, dum sistema hierárquico em que são todos cúmplices e estão cimentando a cumplicidade através da violência sexualizada.

Bárbara Araújo: Bom, vamos lá. Eu queria fazer uma menção honrosa a uma companheira do nosso Grupo de Estudo da Reprodução Social, que é a Raíza Ruas, ela tem alguns trabalhos interessantes, mas acho que ela não publicou ainda sobre isso, mas a gente conversou e eu acho que é uma… me lembrou agora também da fala da Jules, quando ela falou que a gente não tem só a reprodução da vida, mas a gente tem a reprodução da morte. A Rhayza, ela está tentando pensar isso também, ela está tentando pensar especificamente as dinâmicas raciais, que faz um diálogo, talvez por causa de necropolítica, enfim, dessa dimensão da reprodução da morte. A gente também está falando disso, é importante. Existe um... Esse controle que a gente está falando aqui, não é um controle só sobre potências de vida, mas também de ceifar determinadas vidas, acho que isso é importante, Rhayza, escreve Rhayza.

E aí, para pensar no geral, acho que uma questão que passou aqui, novamente, é um pouco sobre estratégias de luta, de que maneira essas lutas se relacionam com uma luta mais ampla contra o capitalismo, uma luta da classe trabalhadora num sentido amplo. Eu acho que é legal reforçar isso, que a gente quando está falando de classe trabalhadora, às vezes a palavra classe ela adquire um sentido negativo, como se a gente... Ah, lá vem aquele pessoal que fala de classe, mas quando a gente se recusa falar de classe, a gente aceita um pouco a ideia de que a classe trabalhadora são os homens trabalhadores assalariados, então, aquele estereótipo do trabalhador na porta da indústria, o trabalhador mais formal. E quando a gente disputa esse conceito, a gente está dizendo que classe trabalhadora inclui pessoas, inclui mulheres, inclui pessoas transgêneras, inclui pessoas com uma diversidade de orientações sexuais, inclui pessoas racializadas de formas diferentes, todas essas pessoas compõem a classe trabalhadora também. Isso é uma coisa que tem uma implicação de estratégia política.

Então, quando a gente está ampliando esse debate, trazendo a reprodução social, a gente está colocando essas lutas que podem, a Nancy Fraser tem chamada de lutas de reprodução social, essas lutas que a gente falou aqui , luta por creche, luta por escola integral, que apareceu aqui, todas essas lutas, elas são lutas da classe trabalhadora, elas não são lutas das mulheres ou anexas, ou que são importantes, elas são lutas da dimensão do trabalho, da dimensão da classe trabalhadora, que é internamente diferenciada e muito ampla. E aí, retomando uma das primeiras perguntas aqui que a Adriana colocou, como que a gente faz? Como é que a gente para? A gente tem uma tentativa, tentativa de construções de movimentos, até essa ideia da negação do trabalho, que aparece ali com o movimento de salário, trabalho doméstico.

A gente tem um movimento mais recente, que é uma Greve Internacional das Mulheres, que foi construída internacionalmente, que teve um impacto diferente em lugares diferentes, mas a gente teve, por exemplo, uma das principais organizadoras desse Movimento da Greve Internacional de Mulheres foi a Ângela Davis, que é uma referência importante para nós. Então, a gente, a forma como a gente tenta se organizar é dentro de um princípio de solidariedade desses grupos diferenciados internamente, mas que são todos os grupos da classe trabalhadora.

E aí queria falar para terminar um ponto aqui, tem umas questões que eu não consegui tocar, mas uma questão que é importante para mim, que é uma questão da escola, da educação, é uma questão que eu tenho pensado a partir da teoria da reprodução social também.

Eu venho de um pensamento, cheguei na teoria da reprodução social , por uma inquietação a partir do feminismo negro. Eu venho desse lugar de primeiro, um encontro, um diálogo com essas intelectuais negras brasileiras e norte-americanas, primeiro. E eu acho que o papel da escola, alguém perguntou o papel da escola na construção de uma outra sociedade, eu falei um pouco da questão das crianças, eu acho que tem uma coisa para a gente pensar aí, tem uma questão que é importante para Muitas de nós aqui, que é a questão do trabalho docente, eu tenho pensado isso, como que a gente pode atuar no espaço da escola, enquanto professoras, se a gente está sendo massacrada? Eu acho que a precarização da profissão docente, de uma maneira geral, mas especificamente das docentes de educação básica, é projeto. A gente não consegue cultivar uma outra infância, isso que você falou um pouco na sua fala, Adriana, a gente não pode pensar em pedagogias transformadoras, em pensar o potencial das infâncias, se a gente está massacrado, se tem 40, 50 crianças, de onde eu venho está fazendo 45 graus dentro da sala de aula, se está tendo tiroteio na porta da escola, se

você vai para o trabalho, você não pode trabalhar, porque as aulas foram suspensas e a Secretaria Municipal de Educação do Rio, ela bota, quando está tendo tiroteio, ela não suspende as aulas à rigor, ela coloca a aula online, não para, oficialmente é dia letivo, aí você manda zap para as crianças com o dever.

Então, essas coisas também estão relacionadas. A luta por escola não é só uma luta, às vezes a gente pensa da perspectiva feminina, a luta pela escola é para liberar as mulheres, não é para liberar as mulheres, é para que as pessoas tenham esse espaço de formação nos nossos termos, em termos que sejam transformadores também. Então, acho que é um debate bem importante.

São 11h58, eu gostaria de agradecer a todas as pessoas que resistiram bravamente. Vou passar a palavra pra gente fechar pra nossa coordenadora por aclamação, porque eu não consegui desempenhar duas funções.

Adriana Rio: Ocupar, resistir e organizar. A gente se dividiu aqui, mas eu fico muito honrada de ocupar, resistir e organizar junto com essas grandes companheiras de luta. E agradeço imensamente a todas que estão aqui, porque tenho certeza de que cada uma de vocês que está aqui traz muita luta, para ter chegado aqui, lutas que vocês continuarão travando em cada território em que vocês atuam.

E eu queria fazer, só para fechar, um último convite, assim, também muito inspirada no que a Jules trouxe da reprodução da morte, para a gente encerrar numa perspectiva da resistência. Eu quero fazer um convite extraoficial do Fazendo Gênero, que a Amelinha Teles vai estar na quinta-feira, eu vou estar com ela na Livraria Latinas, quem puder, é uma livraria lá em Santo Antônio de Lisboa , mas a gente só tinha essa data, ela vai fazer um pré-lançamento desse livro aqui, que é o novo livro dela, que chama Contos da Cela 3, que ela conta histórias do tempo que ela ficou presa política aqui no Brasil. E especialmente, eu vou participar da leitura dramática de um dos contos que chama "O Menino que Gostava de Fazer Tricô". E aí achei sensacional porque ensinam os nossos meninos a matar e a gente resiste e ensina os meninos a resistirem e reproduzirem a vida com outros fios de esperança e de otimismo da vontade para a gente continuar na luta. Vai ser amanhã às 19 horas na Livraria Latinas e depois ela vai lançar esse livro em São Paulo e vai circular, mas é um momento aqui que a gente achou no meio da programação. E nos encontramos todas na marcha, todas juntas, marcharemos. Obrigada.

Segundo ATO

Seminário Infâncias e Pós-colonialismo, Manaus, outubro de 2024

EDUARDO: Bom dia a todos a todos e a todos É uma honra para mim mediar essa mesa a mesa eu brinquei né a mesa mais ancestral do seminário a gente vai então hoje começar o nosso segundo dia do evento nossa segunda roda de conversa é uma alegria para mim tá aqui. (...) a gente vai começar então com a primeira professora Daniele Munduruku, professora Daniele é docente no curso de Letras da UFAM, ela é graduada em letras e filosofia, mestre em Estudos da Linguagem, Doutora em Letras e é vice coordenadora do grupo de estudos e pesquisa em Filosofia Arandu IEAA/UFAM; Humaitá - AM. Professora Dani Munduruku com a palavra:

DANIELE MUNDURUKU: *Wuykabia soat itema* Google Meet, YouTube *watwat. Obutet* Danielle. *On munduruku gû it. Xipat cîcâ.* Bom dia para todos aí pessoas né que estão no Google Meet no YouTube eu sou a Daniele Sou do povo munduruku muito obrigado nesse momento eu estou numa sala de fundo branco mas tem uma porta atrás de mim tem alguns alguns instrumentos cerâmicas de povos indígenas do Mato Grosso do Sul eu sou uma indígena de pele clara do Povo Munduruku uso óculos estou usando alguns acessórios do meu povo entre eles um colar do *Daydo* e brincos do Povo munduruku muito obrigado pelo convite. Desde já eu parabenizo agradeço as pessoas por esse espaço de escuta e de afetividade nesse dia onde nós vamos falar sobre a infâncias eu falo de um lugar muito particular que é o discurso dos estudos da linguagem então a minha minha fala, ao que eu gostaria de compartilhar. Essas tentativas de fricções aqui que nós vamos realizar hoje eles vão nesse sentido né o que dizem sobre nós a ideia simbólica a respeito disso que nós entendemos sobre infâncias e é uma infância generalizada nem universalizada né a ideia aqui que a gente consegue falar sobre infâncias no plural infâncias vinculadas a povos indígenas. então para iniciar esse espaço eu gostaria de saber Eduardo se a gente vai chamar de um por um ou se eu já entrei no debate que eu proponho? *Daniele agora você tá pra gente ao vivo e só você aparece então a gente continua contigo e quando você terminar a fala eu convido ao próximo convidado que é o o professor e depois no final a gente abre para todo mundo*.

Então maravilha. Tá bom obrigada Eduardo é que eu me percebi de repente que poderia ter as apresentações né mas tudo bem então. Pra gente começar vamos tentar

situar um pouquinho né?! O que eu estou tentando tentar compartilhar com vocês numa perspectiva discursiva. Eu gostaria muito de localizar o que a gente entende como discurso tudo aquilo que é estrutura e também é acontecimento então a gente tá falando de sociedade a gente tá falando de relevante a gente tá falando de perspectivas religiosas pós-judaico Cristão e a gente também tá falando de logocentrismo do conhecimento de uma sociedade eurocentrada né?! De um processo de colonização logo não existe nenhuma possibilidade de eu falar de um lugar de paz tá bom?! A gente tá falando de um espaço de disputas e exercícios de poder marcado pela violência e uma violência que se inicia a partir dos processos de sequestro os processos de extravio expropriação, e eu não estou falando simplesmente de território eu estou falando de possibilidades da existência e das diferenças então nós conversamos de um lugar onde nós sofremos os processos da colonização e onde hoje nós somos aí o resultado do projeto da colonialidade para aquilo que se entende enquanto República Federativa do Brasil é desse lugar que nós estamos falando das infâncias. E aí eu trago duas restrições para tentar localizar essa perspectiva discursiva uma fala histórica super difundida que marcou e marca ainda a história do Brasil; mesmo que essa frase hoje ela tem efeitos de sentidos completamente diversos daqueles que ela teve quando ela se originou é nela que a gente encontra rastros das cicatrizes que marcam nossos corpos até hoje e é de um sujeito que eu não sei se eu vou conseguir falar o nome dele direito que é o Van Hagen Varnhagem. Ele estudou, escreveu e produziu a história do Brasil e nessa história do Brasil ele marcou o seguinte campo discursivo para os índios povos na infância não há história só há etnografia. Então eu trago esse marcador discursivo porque na perspectiva ocidentalizada a respeito de sociedade e infância todos os sujeitos que se encontram na infância eles possuem uma característica peculiar a incapacidade de produzir a in de ser por si própria a incapacidade de desenvolver filosofia e a incapacidade de fazer análise de conjuntura então é nesse local que a perspectiva de Infância para o ocidente se encontra e quando a gente fala de infâncias indígenas a gente tá falando desse lugar de uma sociedade projetada ou uma ideia de Infância, então a infância ela é uma construção uma tradução e uma invenção, a da sociedade ocidentalizada a respeito particular hoje (tem algum microfone dando uma microfonia aqui não sei de quem é acho que foi beleza ficou ótimo agora) então é esse lugar né que a gente vai tentar desmentir agora nossa função enquanto Indígenas, pessoas indígenas que ocupam os sujeitos espaços de produção de conhecimento que são os dispositivos de poder é a gente tentando desmentir tudo aquilo que foi dito a respeito de nós povos indígenas. Inclusive a respeito dos sujeitos que são chamados de

Infância né?! Que são as crianças que tem essa Infância produzida aí por esse lugar ocidentalizado e colonizador muita coisa foi dita muitas perspectivas e estudos antropológicos, históricos, sociológicos no campo da Educação na tentativa de construir esses sujeitos né?! Uma das primeiras perspectivas é uma ideia universalizada não existe um modelo universalizado para se tratar sobre infâncias e povos indígenas. Ah! nós já temos dados produzidos aí né tanto pelo Censo quanto por outros órgãos que tentam criar estatísticas uma vez que são elas que falam sobre as nossas condições de existência no Brasil e esses dados dizem que nós somos mais de 305 povos e do lugar que eu falo né?! que é o Amazonas hoje apontado pelo último IBGE Manaus como a capital com maior presença de povos indígenas nós temos diversas peculiaridades entre elas a inserção e a observação desses povos desses sujeitos dessas infâncias em diferentes contextos e aí eu gostaria de iniciar esses contextos como um primeiro processo de refazimento das nossas histórias a primeira desmentira né que eles disseram a nosso respeito. Primeiro que a jurisprudência que se iniciou representando o primeiro Deus que é quando a bula papal instaurada ela vem dizer que nós somos sujeitos que possuímos alma, porque até então éramos considerados como aqueles que não possuíam qualquer tipo de relação e vínculo com a possibilidade de existência nesse plano terrestre na perspectiva do colonizador, então a primeira categorização ela vem em nome de Deus. É Deus quem diz que nós temos alma e esse Deus que eu falo é o Deus pós judaico Cristão que vem junto com a violência da colonização né que vem junto com a expropriação dos nossos corpos e que vem junto do sequestro da possibilidade de nós sermos quem somos. Depois que acabar esse período que é chamado pela história *paroat pariwat* né como eu chamo que é a história do não indígena *paroat pariwat* na língua munduruku é o não indígena nós temos aí aquele processo que é chamado né de o Brasil é Regência né que é o período do império nesse período há uma substituição da presença de Deus para aquela presença do rei né o estado agora ele se organiza enquanto rei e é quando começa a ter as primeiras movimentações a respeito da jurisprudência pensada para povos indígenas. Entre elas nós temos as leis indigenistas nós temos uma série de situações que vão chegar hoje nisso que a gente entende como Brasil República que nós temos as leis indigenistas que culmina aí com a Constituição de 1988 que teoricamente pelo menos dentro das jurisprudência e agora em nome do Estado, reconhece a existência desses sujeitos e pretende aí via jurisprudência garantir algumas possibilidades de existência dentro desse estado nação em dois artigos estabelecidos aí com muita luta a partir do movimento dos povos indígenas ali iniciando nos anos 70 e culminando com a

Constituição de 88. É quando Marsal Marçal um grandíssimo indígena Guarani gritou pela primeira vez que o Brasil não foi descoberto né mas que ele foi invadido primeiro. Então a partir daí a gente tem uma virada de lugar histórico a respeito desses sujeitos que somos nós os sujeitos indígenas nesse projeto que se inicia com a colonização e que tem seus rastros hoje na colonialidade o estado ele nos coloca nas seguintes situações ou nós somos sujeitos isolados ou nós somos sujeitos que ele chama de recente contato ou nós somos sujeitos semi integrados ou nós somos sujeitos integralizados a partir daí a garantia de direitos pelo Estado ela vai se fragmentando. E ela vai produzindo imaginários discursivos nessa ideia de que existe um indígena que é de verdade ou seja um indígena puro um indígena que tem uma produção estereotipada formada a respeito de como é ser indígena de como é a cara do indígena de como fala o indígena de como se veste o indígena e se ele para diferente desse lugar dessa produção desse Imaginário da colonialidade ele não é mais considerado um indígena. Portanto ele é refém daquela produção de estado enquanto ideia de cidadão brasileiro no entanto, na nossa função de refazimento de amansamento dessa história na nossa tentativa de desmentir esses processos de produção desse Imaginário sobre nós povos indígenas e sobre as infâncias nós temos outro lugar pelo menos pelo menos até o momento nós defendemos quatro situações a respeito dos povos indígenas ou nós somos sujeitos isolados ou nós somos sujeitos de recente contato e aí são aqueles que submetidos a um diálogo sociedade civilizada a partir de ali do fim do século XX ou nós somos sujeitos que vivemos crescemos e estamos nos nossos territórios demarcados ou não que são conhecidos como comunidades aldeias bairros famílias territórios ou nós somos aqueles sujeitos que estamos em condição de cidade que alguns alguns escritores né algumas pessoas chamam de indígenas de contexto urbano e quando eu trago esse percurso eu estou falando das infâncias quando eu estou falando dessa situação eu estou falando desses assuntos que são considerados incapazes que não produzem conhecimento que são sujeitos que precisam ser tutelados né que são considerados os sujeitos infantis que somos nós se hoje nós estamos aqui nessa possibilidade de diálogo que somos povos diferentes né. Eu sou do povo Munduruku daqui um pouco Rossine vai se apresentar como um povo Borari a professora Alva Rosa vai se apresentar como povo Tukano. Nós somos o resultado das nossas infâncias e as nossas infâncias elas são marcadas por esses processos que nos marcaram eles nos ferem eu ia eu ia utilizar a palavra história mas eu vou fazer uma opção pela palavra fratura nós somos os resultados desses processos de fratura. Então a primeira coisa é o seguinte as infâncias indígenas elas não estão ausentes desses processos de violência

que embora de maneira sintética e muito simples que eu tenha tentado trazer mas eu não posso dissociar eles do resultado de que somos todas essas coisas são ela povos isolados a povos de contexto urbano todos nós somos impossibilitados de sermos as nossas essências porque os nossos territórios em contexto isolado não estão isolados do garimpo não estão isolados das invasões não estão isoladas do neoliberalismo não estão isoladas de toda a produção de colonialidade pelo contrário eles estão precarizados eles estão abandonados pelo estado e estão vivendo as condições mínimas possíveis na conjuntura né?! Que é estabelecida por esse por essa perspectiva de estado nação então não existe isso de haver um lugar para que nossas infâncias possam ser exercidas da maneira como nós antes desses processos. Ah! quando eu falo sobre isso o primeiro lugar é dizer nós não somos iguais não eu não tenho condições, nenhuma possibilidade de falar de uma maneira universalizada a respeito das infâncias externas para os povos indígenas nesse sentido o que eu gostaria e esse é meu objetivo além de refazer essa história a respeito de nós povos indígenas é tentar desmentir e iniciar um processo de descamação sobre aquilo que nós entendemos a ideia a palavra infância não é nossa ela não nos pertence cada povo possui a sua língua nativa e a sua língua ela tem algo a dizer sobre os seus sujeitos para o povo munduruku por exemplo nós temos diferentes níveis e compreensões de mundo a respeito desses sujeitos que são os nossos sujeitos ancestrais são os nossos sujeitos que estão iniciando a sua experiência e a sua fricção no plano terrestre então quando a criança é muito pequenininha é uma criança de colo na língua munduruku ela é chamada de *bekchá bekicat* uma *bekchá bekicat* ela precisa ser amparada né uma *bektchá bekicat* é um mamífero como qualquer outro sujeito que faz parte desse plano terrestre ela pertence ao mundo dos sujeitos visíveis e aos mundos dos assuntos sujeitos gente porque na nossa cosmologia nós temos Três Mundos nós temos o mundo dos assuntos sujeitos gente, nós temos o mundo dos assuntos sujeitos animais e nós temos o mundo dos sujeitos invisíveis uma ser *tchã bekicat* ela pertence ao mundo dos sujeitos gente ela é *becha bekicat* até um determinado período ela não fala ela precisa da coletividade embora ela seja por exemplo minha filha ou meu filho mas ela é filha de todos a palavra ser *chá bekicat* não tem gênero então ela não tem uma definição se ela é homem ou se ela é mulher nessa perspectiva de sociedade binária que nós temos aqui nessa perspectiva né ocidentalizada então a *Bá bekicat* ela é sonhada a *Bá bekicat* ela pode ter nome ou não ela não precisa já nascer com o nome ela pode simplesmente ser uma volta *tchá bekicat* e ela já ela não vai ser alguma coisa ela não é um projeto de futuro. Ela não é uma construção numa perspectiva de um retorno para a nossa comunidade

ela não é vista como recurso e ela não é vista como um sujeito que pode ou não fracassar ela já é ela já é simplesmente porque ela já nasce nesse plano dos visíveis dos sujeitos gente depois de um certo tempo quando a começa a falar quando a ser *tchá bekicat* começa a andar quando a ser *tchá bekicat* começa a construir o seu mundo porque a construção dos mundos ela se dá ao mesmo tempo na individualidade e na coletividade a ser passa a ser um *beit Kit bekitkit*, uma *beit kit bekitkit* é um outro estágio da vida daquele sujeito que pertence a esse mundo dos sujeitos gente a partir daquele momento a ser vai produzir a sua própria interpretação daquele mundo ela vai ter o seu tom de voz ela vai ter as suas características de pele ela vai começar a expressar o seus gostos pela alimentação e ela vai começar a ser um sujeito que faz parte de um grupo se essa *beit kid bekitkit* ela vive em comunidade. E aí eu tô falando que são diversas comunidades lembra que eu falei no início a essa perspectiva de família que nós temos hoje é uma perspectiva resultado da colonização e da cristianização a gente não pode dizer que dentro do território nós temos uma religião específica para o povo munduruku é mentira dentro do território nós temos as inserções das igrejas nós temos igreja neopentecostal nós temos Igreja Batista nós temos a Igreja Católica. Então essa *be kit kit bekitkit* ela sofre as interferências essas processos nós somos sujeitos com processos diferentes mas temos uma base que é a terra que é a nossa relação com o nosso território e duas coisas são fundantes além da cosmologia que são os princípios originários nós temos a cosmogonia que é a relação com o meio então se esse belo *kit bekitkit* ela tá ela surge né se ela vai se fundando dentro de um território demarcado por exemplo aqui o nosso o território Coatá Laranjal Kwatá-Laranjal aqui no Amazonas ela vai crescer ouvindo as histórias do seu povo as histórias do Tau fu Taufu das nossas entidades a história da Maria Rosa ela vai estudar numa escola indígena seja ela a escola indígena Ester Cardoso seja ela a escola indígena Laranjal seja os anexos então ela vai sofrer todas as interseções do referido território a depender de sua família se ela é batista ela vai seguir como condições apresentadas por aquela família a mesma coisa vai acontecer com as infâncias que nascem nas cidades. E aí eu vou dizer nós nascemos na cidade também nós não somos indígenas só quando nós nascemos nas aldeias porque nós temos o princípio do corpo memória território. Corpo território memória significa muitas coisas primeiro que nós somos sujeitos de constelação significa que nós somos sujeitos individuais do coletivo, então embora eu seja Danielle eu pertenço um coletivo eu pertenço à minha família eu sou filha da Deusa eu venho do ventre de uma mulher munduruku eu nasci na cidade de Manaus porque minha mãe estava na cidade de Manaus mas a minha relação social a minha Aldeia o meu grupo é

a minha família e todas as minhas transferências ancestrais espirituais elas se dão a partir desse Corpo Território que é a minha mãe minha mãe é a extensão do nosso território ancestral o meu território ancestral é o Coatá Laranjal Kwatá-Laranjal é lá onde estão os meus ancestrais onde eles estão enterrados. O rio Canumã faz parte da minha bisavó faz parte da minha avó, assim como as Castanheiras e eu quando eu nasço em Manaus eu sou a extensão do meu território por isso eu sou um corpo território o corpo biológico ele traz a ancestralidade do meu povo ele traz as características fenótipos do meu povo ele traz as interferências que meu povo teve nesse processo de colonização entre elas por exemplo o sequestro da língua munduruku. A língua munduruku para mim é uma segunda língua ela não é a minha língua nativa a primeira língua que eu aprendo é a língua portuguesa a língua munduruku ela vem num processo de escolarização. Então o meu sotaque é diferente do sotaque daquele munduruku que tem a língua como a língua nativa então esses são os processos que me marcam e nem por isso eu deixo de ser munduruku a minha infância ela não se dá no processo da educação escolar indígena ela se dá no intermeio entre os processos de educação indígena que são aqueles de casa aqueles que trazem do dia a dia das alimentações, dos banhos, da interpretação de sociedade, da interpretação de ser um sujeito isso é um corpo território nós vamos ser sujeitos do nosso povo onde quer que nós nos preocupamos porque o nosso corpo ele traz as características do nosso bioma do lugar que nós somos é por isso que os indígenas do nordeste possui outras características porque o bioma ao qual eles pertencem transformam e modificam seus corpos territórios é por isso que os sujeitos do Pantanal possuem uma outra característica porque nós somos sujeitos corpo mas o território ele tenta invisibilizar essa diversidade desses sujeitos e ele tenta não vincular as infâncias a esses lugares onde elas são produzidas onde elas crescem e onde elas se interseccionam e causam as confusões nos processos do corpo memória o que é um corpo memória um corpo memória é aquele corpo que se construiu a partir da experiência do corpo não da experiência intelectual a experiência do corpo ela se dá a partir de ouvir as histórias dos antigos de você ouvir de onde os pais de você entender como que se dá o seu processo de existência de você se compreender na construção de sua ancestralidade esse processo de memória de corpo memória ele é o tempo todo tentando ser apagado nos lugares onde nós estamos e a escola né como uma grande produtora de conhecimento universalizado ela tenta o tempo todo destruir os corpos territórios que fora das terras demarcadas porque nossos processos de escolarização são processos universalizados eles contam somente a história do colonizador como se

o nosso processo de construção foi acabado e cristalizado no período da colonização como se nós não fôssemos sujeitos da contemporaneidade como se nós não existe não estivéssemos vivos e passando por esses processos hoje então as crianças as infâncias elas são sequelados corpo território memória daí a importância de nós enquanto sujeitos de Infância estaremos envolvidos em nossas sociedades e como é que elas se dá Como é que se dá esse processo de envolvimento nos contextos de cidade né nos contextos urbanos a gente pode precisar estar limitado aos territórios que ser o próprio movimento indígena pode ser a própria organização em bairros aí nós temos aqui grandíssimas exemplos de associações entre elas uma das mais significativas é a associação do povo sateré que é o primeiro povo marcado na história de Manaus que mantém o uso dos seus grafismos mesmo em contexto Urbano que mantém uma educação de memória ancestral com as suas crianças mesmo em contexto de cidade e que tenta manter sempre esse corpo território memória marcada pelas conjunturas das violências por exemplo das desapropriações de casas quando eles ocupam Os territórios e ocorrem as apropriações as suas infâncias estão lá elas estão no enfrentamento uma das características da infância dos povos indígenas é que não existe essa superproteção de que as crianças as infâncias não podem experimentar as violências do dia a dia pelo contrário as violências os marcadores históricos e sociais eles são importantes para que esses sujeitos corpo território memória consigam entender através das suas cicatrizes os processos de resistência luta e manutenção das suas culturas hoje por exemplo nós temos aqui o parque das Tribos que é o primeiro Parque indígena da cidade de Manaus que ele tem como suas infâncias marcadas pelas desapropriações quando a polícia entrava no território e derrubava as casas nos jornais marcados na cidade de Manaus você vê os sujeitos infantis ficando ali na Linha de Frente junto com suas mães junto com seus pais porque eles também são sujeitos violentados Então existe uma preocupação muito grande com a pesquisa eurocentrada que quando vai entender quem são esses sujeitos infâncias se preocupam primeiro em experimentar os instrumentos tecnológicos não levam primeiro sempre parece assim se você para ler os artigos você vai ver quando eu Visitei o território eu utilizei dois dias sem usar celular máquina fotográfica experimentando a vida da criança mera ilusão porque as nossas infâncias elas estão em tudo nas tecnologias nas relações de sobrevivência na interpretação do fogo na interpretação das tecnologias naquilo que é entendido como violência e naquilo que é entendido como segurança desde as nossas entidades que não são sujeitos bondosos Porque nós não somos o falso indígena de Corpos dócil nós somos sujeitos de sentimento nós temos raiva inveja nós queremos

matar nós amamos nós somos sujeitos sociais então quando a gente fala dessas infâncias eu estou usando todos esses exemplos para dizer o seguinte não é possível tentar entender as infâncias indígenas sem colocar elas dentro de um processo historicizando e sem entender que esse são sujeitos sociais se eles vivem numa conjuntura que é possível fortalecem a sua ancestralidade as suas brincadeiras serão ancestrais de pescaria serão de grafismo serão de arco e flecha mas não dá para esperar e para imaginar que uma criança sujeita indígena que mora em um contexto de cidade pelo tráfico que ela vai brincar de arco e flecha porque no mínimo isso é Inocência romantismo e falta de análise de conjuntura porque as nossas infâncias elas produzem a relação social das quais elas vivem e não é por isso que elas vão deixar de ser sujeitos indígenas porque elas são sempre corpo território e memória uma sociedade um um próximo ponto que talvez seja o último para que depois a gente possa discutir melhor é que dentro de nossas nossas existem diferentes marcadores Para se entender o que são sujeitos de Infância Por exemplo quando eu comecei essa fala eu usei dois marcadores discursivos que são as palavras becha bekicat e a palavra be beit kit bekitkit do povo munduruku são determinantes de diferentes fases da vida dos sujeitos infância mas nem todos os povos são assim existem povos que utilizam rituais para demarcar esses processos essas transições E aí de novo eu volto como exemplo o povo sateré que se utiliza do ritual da Tucandeira para fazer uma demarcação até que ponto aquele sujeito é considerado um sujeito de infância e até que ponto ele é convidado para uma vida de guerreiro ou uma vida adulta né como a gente chama nessa perspectiva ocidentalizada mas o interessante do povo sateré é que esse marcador É apenas para os garotos não existe um marcador ritualístico para as mulheres né as mulheres elas caminham nesse processo de interpretação do mundo dos homens isso para o povo SA maué Sateré-Mawé o que não é por exemplo uma característica do povo ticuna por exemplo no povo ticuna existe já o ritual da menina moça que é a passagem da menstruação né a menu ele é essa transição que só funciona para as mulheres os meninos não passa né pelo ritual do menino moço então até isso é interessante a gente precisa entender quando eu estou falando de infâncias indígenas de que povo eu estou falando então a gente precisa primeiro entender Qual é o povo que eu estou falando Além de eu saber qual é o povo Em que situação de estrutura e acontecimento é esse povo ele está dentro do território demarcado pela concessão de estado que a gente chama de terra indígena ele está dentro de um território que não é reconhecido pelo Estado é uma ocupação ele tá deslocado do seu território maior mas ele pertence a uma família que vive em contexto Urbano e que não mora em um bairro considerado indígena

então todos esses processos e Essas fragmentações né Essas interseções elas precisam ser levadas em consideração para que não ocorra uma cristalização um romantismo a respeito do que seja uma infância indígena e que a gente consiga evitar comparações para não criar uma linearidade a respeito do que seja ser um sujeito indígena criando esses níveis e avanços em que determinam verdadeiros e falsos indígenas né para que a gente não recorra e caia aquele vício e nessa produção da colonialidade que é sempre essa pergunta mas você é indígena mesmo você é indígena de verdade você fala muito bem para ser indígena Mas você é tão branco para ser indígena e esse cabelo enrolado você é indígena então assim são ideias a respeito do que seja ser o sujeito indígena que começa a ferir nossos corpos a partir de nossas infâncias as infâncias elas são importantes porque quando o sujeito uma brecha ela se entende desde sempre que é um corpo território memória indígena ela vai conseguir ser um sujeito território memória fortalecida na manutenção da permanência e da existência do seu povo ela não vai ser facilmente convencida a mudar a ser outro sujeito a negar e a ocupar a sua memória de grandes vazios como diz o Copenhaga Kopenawa e um dos grandes lugares que acabam definitivamente com os nossos sujeitos infância é a entrada na universidade porque a universidade é um grande produtor de epistemes e ela mostra cientificamente que toda a nossa Constituição enquanto corpo território ocupa o lugar do mito e não ocupa o lugar da ciência quando esse sujeito que é fragmentado na sua infância se depara com esse dispositivo de produção de sujeitos é definitivo é naquele momento que ele ou deixa de ser aquele sujeito corpo território memória ou é onde ele subverte esse espaço de produção de conhecimento e se torna mais um nesse processo de desmentir de refazer e de tentar construir nossos processos de sujeitos de constelação Então a nossa potência enquanto sujeito ela precisa ser entendida como esse processo das infâncias no plural é nas infâncias que nós alimentamos a potência dos nossos sujeitos de constelação para que quando eles ocupam esse lugar e aí eles vão ocupar Se quiserem ou não é por isso que a gente luta para né por isso que a gente tá aqui essa hora é por isso que a gente se dedica a transformar nossos conhecimentos em espaços de existência epistêmica para que esses sujeitos de poder possam ter o direito de escolher se querem ou não estar nesse espaço nesse dispositivo de poder que a universidade mas que não entre apenas os seus corpos que entram também os seus conhecimentos e que de lá ele consiga ser uma eterna produção da infância para finalizar eu eu gostaria de dizer que as infâncias indígenas somos nós até hoje então eu sou a continuação de um processo de Infância do Povo Munduruku porque eu entendo como um corpo território que não anula as cicatrizes e os processos da

construção daquilo que sou mas que não nega a possibilidade de ser quem eu sou dentro da diversidade da construção desse lugar fraturado e sequelado que é a controlada na perspectiva ocidental e hegemônica. Tá bom espero muito ter contribuído eu vou encerrar aqui para que meus parentes possam continuar e que a gente continue aí fazendo grandes fricções muito obrigado.

Epílogo

Território ancestral
(de Marcia Kambeba[8])

Maá munhã ira apigá upé rikué
Waá perewa, waá yuká
Waá munhã maá putari.
(tradução)
O que fazer com o homem da vida
Que fere, que mata
Que faz o que quer?

Do encontro entre o "índio" e o "branco"
Uma coisa que não se pode esquecer
Das lutas e grandes batalhas
Para o direito a terra defender.

A arma de fogo superou minha flecha
Minha nudez se tornou escândalo
Minha língua foi mantida no anonimato
Mudaram minha vida, destruíram meu chão.

Antes todos viviam unidos
Hoje, se vive separado.
Antes se fazia o Ajuri
Hoje, é cada um para o seu lado.

Antes a terra era nossa casa
Hoje, se vive oprimido.
Antes era só chegar e morar
Hoje, o território está dividido.

Antes para celebrar uma graça
Fazia-se um grande ritual.
Hoje, expulso da minha aldeia
Não consigo entender tanto mal.

Como estratégia de sobrevivência
Em silencio decidimos ficar.
Hoje nos vem a força
De nosso direito reclamar.
Assegurando aos tanu tyura
A herança do conhecimento milenar.

[8] Márcia Wayna Kambeba é indígena, do povo Omágua/Kambeba no Alto Solimões (AM). Nasceu na aldeia Belém do Solimões, do povo Tikuna. Mora hoje em Belém (PA) e é mestra em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas. Escritora, poeta, compositora, fotógrafa e ativista, Márcia percorre todo o Brasil e a América Latina com seu trabalho autoral, discutindo a importância da cultura dos povos indígenas, em uma luta descolonizadora que chama para um pensar crítico-reflexivo sobre o lugar atual dos povos originários sul-americanos. Fonte: https://revistaacrobata.com.br/julie-dorrico/poesia/3-poemas-de-marcia-kambeba/

Mesmo vivendo na cidade
Nos unimos em um único ideal
Na busca pelo direito
De ter nosso território ancestral.

O que fazer com homem na vida
Que fere, que mata
Que faz o que quer?
Rodo

REFERÊNCIAS

FEDERICI, Silvia. **Além da pele:** repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Elefante, 2023.

FINCO, Daniela; FARIA, Ana Lúcia Goulart de; GOBBI, Marcia A. **Creche e Feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil -ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas – FCC, 2015.

TELES, Maria Amélia de A.; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Por que a creche é uma luta das mulheres:** inquietações feministas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade!. São Carlos: Pedro&João Editores, 2018.

SILVA, Adriana A., FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela. **"Isso aí é RACHISMO!" Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas:** transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras. São Carlos: Pedro&João Editores, 2019.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

EDUCAÇÃO INFANTIL EM DEBATE: CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS CONTRA O FIM DO MUNDO
Childhood education in debate: Feminist Contributions against the End of the World

Adriana Alves da Silva
Doutora em Educação
Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Metodologia de Ensino
Florianópolis, Brasil
rio.adrianas@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-1407-783X

Ana Lúcia Goulart de Faria
Doutora em Educação
Universidade Estadual de Campinas
Departamento de Ciências Sociais em Educação, Faculdade de Educação
Campinas, Brasil
cripeq@unicamp.br
https://orcid.org/0000-0002-1886-3790

Vanderlete Pereira da Silva
Doutora em Educação
Universidade do Estado do Amazonas
Manaus, Brasil
vanderletesilva@yahoo.com.br
https://orcid.org/0000-0001-9353-3110

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR
Rodovia Dr. Antônio Luiz Moura Gonzaga, 4270, Ed. Ilha dos Corais, apto 07 – Rio Tavares – Florianópolis – SC. Cep 88048-301.

AGRADECIMENTOS
À Ana Lúcia Goulart de Faria, pela concepção e Michelle Farias pelas transcrições das falas.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA
Concepção e elaboração do manuscrito: A. A. Silva, A. L. G. de Faria, V. P. Silva.
Coleta de dados: A. A. Silva, A. L. G. de Faria, V. P. Silva.
Análise de dados: A. A. Silva, A. L. G. de Faria, V. P. Silva.
Discussão dos resultados: A. A. Silva, A. L. G. de Faria, V. P. Silva.
Revisão e aprovação: A. A. Silva, A. L. G. de Faria, V. P. Silva.
Todas as transcrições foram revisadas por suas respectivas autoras.

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA
Não se aplica.

FINANCIAMENTO
Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM
Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES
Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista
Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista
Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista
Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista
Recebido em: 30-11-2024 – Aprovado em: 07-12-2024